

Inundações e Cuidado Integral

guia para discussões técnicas e comunitárias

Norma Valencio

Samira Younes Ibrahim

Juliano Costa Gonçalves

Organizadores



Ficha Técnica

Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Organizadores: Norma Valencio, Samira Younes Ibrahim, Juliano Costa Gonçalves

Ilustrações: Norma Valencio

Versão eletrônica disponível em: www.neped.ufscar.br

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Inundações e cuidado integral [livro eletrônico] :
guia para discussões técnicas e comunitárias /
organização Norma Felicidade Lopes da Silva
Valencio , Samira Younes Ibrahim , Juliano
Costa Gonçalves. -- 1. ed. -- São Carlos, SP :
NEPED/UFSCar, 2022.
PDF.

Bibliografia.
ISBN 978-65-88873-14-4

1. Cidadania 2. Ciências sociais 3. Desastres
ambientais 4. Desastres naturais 5. Direitos
humanos 6. Enchentes urbanas 7. Inundações
I. Valencio, Norma Felicidade Lopes da Silva.
II. Ibrahim, Samira Younes. III. Gonçalves,
Juliano Costa.

22-107590

CDD-363.340981(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Desastres ambientais 363.340981(81)

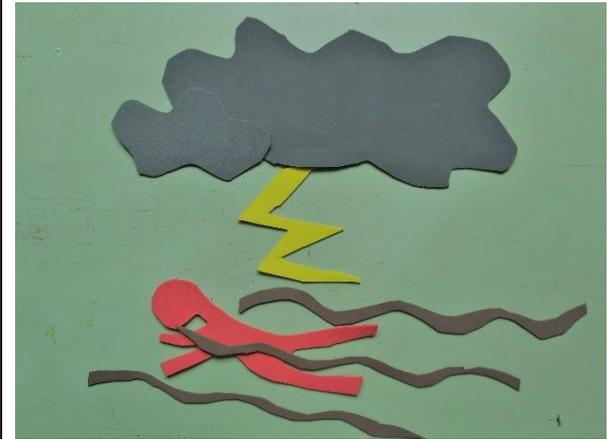
Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Este material é de interesse público. Pode ser reproduzido, total ou parcialmente, desde que citada a fonte.
Sua hospedagem em sites ou blogs depende de autorização prévia dos organizadores.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| Apresentação..... | 4 |
| Cap. 1. A concepção de cuidado integral em contextos de inundações | 7 |
| Cap. 2. Alagamentos, enchentes e inundações: no que diferem? | 20 |
| Cap. 3. A multidimensionalidade do cuidado em contextos de inundações | 24 |
| 3.1 Dimensões da vida privada e da vida pública: indivíduo, família, comunidade e sociedade | 25 |
| 3.2 Dimensões ambientais e da saúde | 41 |
| 3.3 Dimensão psíquica: individualidades, comunidades, transpessoalidade e ética | 45 |
| 3.4 Dimensão espiritual | 48 |
| 3.5 A integralidade do ser-no-mundo no enfrentamento dessas adversidades | 52 |
| Cap. 4. Sugestões de atividades de suporte à reflexão individual e discussões comunitárias | 59 |
| 4.1 Oficina: cronologia das necessidades sociais dos afetado | 60 |
| 4.2 Jogos cooperativos presenciais: maquetes interativas | 69 |
| 4.3 Jogos virtuais: características atuais e desafios para futuros games | 87 |
| Sugestões de leitura complementar | 94 |
| Sobre os autores..... | 96 |

Apresentação



Qual indivíduo, família ou comunidade que vivencie constantemente os efeitos nefastos de inundações sobre suas vidas cotidianas não se sente cético/a ao ouvir promessas, de candidatos a cargos eletivos locais, de que esse problema será priorizado em seu futuro mandato? Esse ceticismo logo se transforma em decepção quando tais candidatos, quando eleitos, reagem estupefatos diante um novo episódio de inundações na localidade que governam. O problema logo se revela como algo bem mais complicado do que supunham...

Recorrentemente, ouve-se a alegação de que as inundações ocorreram por “culpa” das chuvas. Diz-se que as chuvas teriam sido excepcionais, acima da média para o período, e esse seria o motivo pelo qual as providências não estiveram a contento para evitar os transtornos ao cidadão. A insistência nesse argumento adia indefinidamente um debate público sobre a relação das inundações com o modo de produção social global do espaço, identificando-se quem são os sujeitos dominantes, quais as deliberações que tomam na ocupação do território e suas novas funções, que efeitos isso provoca no conjunto da sociedade. Estudos e medidas técnicas de monitoramento tanto da vazão de mananciais quanto do

comportamento do solo, assim como da dinâmica atmosférica e climática, são muito bem-vindos, pois auxiliam na compreensão de potenciais fatores ameaçantes provindos do ambiente natural e construído.

Mas, é igualmente fundamental, senão prioritário, a compreensão de como o meio social, em sua complexidade, organiza o espaço e se organiza para agir diante tais circunstâncias.

Para que uma **política humanizada de enfrentamento de inundações** se viabilize, é imperativo que várias forças sociais se aliem para conjugar três aspectos, a saber:

- ter uma disposição combativa contra a cultura do preconceito em relação às “vítimas preferenciais” das inundações, que são os segmentos mais empobrecidos da população;
- mobilizar-se para discutir, de forma mais ampla, as raízes sociais, econômicas e espaciais que incrementam esses eventos ambientais e os fazem repercutir de um modo negativo nas rotinas de funcionamento da sociedade;
- por fim, compreender melhor a trama de sofrimento social implicada no contexto de desastres relacionados às inundações; assim, poder ter isso como referência para construir e adotar ações de cuidado integral nessas circunstâncias.

A efetividade de ações de cuidado integral exige que **o problema seja delineado desde a perspectiva dos que sofrem reiteradamente o problema**. Ou seja, não adianta pretender cuidar sem que haja, antes, um esforço para conhecer melhor as necessidades de quem é cuidado e se faça isso em compatibilidade com a garantia de direitos de cidadania. Não se pode cuidar senão como ato de reconhecimento do outro em sua plenitude como sujeito social e político. Sem isso, o tema dos desastres se torna mais no qual a visão técnica socialmente empobrecida prepondera e respalda o incremento da tutela da sociedade civil, com perdas ao ambiente democrático que tanto precisamos fortalecer.

Longe de pretender ser mais um manual técnico, que liste um sem-número de recomendações rígidas para moradores de comunidades que enfrentam inundações, esse texto está centralmente orientado para **destacar a multiplicidade de aspectos que geram sofrimento social** e, com base nisso, **propor balizas preliminares para o cuidado integral à pessoa humana**, sendo elas objeto de reflexão e discussão de diferentes coletivos.

As fontes de consulta utilizadas foram variadas, desde resultados inéditos e consolidados de projetos de pesquisa científica e de intervenção em campo da equipe coordenadora (NEPED/UFSCar e Rede de Cuidados-RJ Psicologia das Emergências e Desastres); recomendações da literatura científica nacional e internacional (artigos, livros); manuais ora existentes, documentos técnicos e, por fim, resultados de oficinas de discussão do tema.

Esperamos que os subsídios aqui oferecidos possam ser úteis tanto para incrementar futuras recomendações técnicas quanto fortalecer a capacidade individual, familiar e comunitária para reivindicar direitos nessas circunstâncias de inundações e outras ameaças.

Os Organizadores

1. A concepção de cuidado integral em contextos de inundações

Norma Valencio¹



Durante a ocorrência de inundações, diferentes indivíduos ou grupos sociais podem se sentir indefesos –material, social, física e psicologicamente– face a um amplo conjunto de ameaças com as quais os mesmos se defrontam simultânea ou sucessivamente. A capacidade individual ou coletiva para compreender a extensão do problema e ponderar melhor sobre a sua situação específica pode ser limitada nessas circunstâncias. Embora isso, não é o imobilismo que tem o comportamento social. Há o acionamento de sentidos provisórios que embasam a ação julgada a mais pertinente, ao menos, para atenuar danos e prejuízos. O atordoamento diante o sem-número de providências a serem tomadas, em ambiente de grande incerteza, não é atributo exclusivo do meio social diretamente afetado nessas circunstâncias, pois também

¹ Apoio FAPESP, proc. 17/17224-0, CNPq, proc. 310976/2017-0.

autoridades e o meio técnico-operacional ficam aturdidos com demandas urgentes e inúmeras as quais, sabidamente, extrapolam a sua capacidade de atendimento.

Aos indivíduos, não basta salvarem-se diante um perigo iminente. Na sua vida social –como no âmbito familiar e comunitário–, os vínculos de afeto, de compadrio, identitários e de cidadania impõem uma ética de solidariedade e de apoio mútuo, a qual prevalece no contexto de desastres associados a várias ameaças, inclusive, as inundações. Pais que se encontram momentaneamente a salvo não se sentem, de fato, seguros enquanto seus filhos se encontram ainda em situação de perigo e vice-versa; vizinhos intranquilizam-se e mobilizam-se frente à fragilidade daqueles outros que avaliam não disporem de condições físicas, cognitivas e de habilidades indispensáveis para saírem autonomamente de espaços invadidos por água velozes e lama pesada; professores não deixaram os seus alunos para trás se uma enxurrada invade o estabelecimento de ensino assim como ocorre com médicos, enfermeiros e atendentes, que não abandonam pacientes, enfermos ou internados, no estabelecimento de saúde cujas condições ambientais tenham se tornado inesperadamente ameaçantes à permanência dos mesmos, com água e lama vindo por todo os lados. E assim por diante.

Com isso queremos dizer que não são apenas os que exercem um papel social público de responsabilidade direta sobre o bem-estar do outro que se mobilizam nessas situações críticas. Uma característica social marcante do povo brasileiro –um capital cultural impresso no cotidiano das camadas populares nas periferias urbanas, nas comunidades rurais, na sociabilidade indígena e de povos tradicionais–, é a predisposição para estar atento às dificuldades alheias significativas. Ao perceberem que existem outros que não conseguem se desembaraçar da situação sozinhos, os demais vão espontaneamente em seu auxílio. As rotinas de vida nas cidades médias e grandes são contaminadas pela velocidade dos negócios ali dominantes, uma vertigem que passa a ditar as rotinas dos cidadãos direta ou indiretamente ali ineridos. Além de impingir um crescente nível de estresse coletivo, o efeito social dos ritmos acelerados de vida são o individualismo, o isolamento social, o aumento da desconfiança e a

indiferença diante as dificuldades alheias. A despeito disso, quanto mais nas bordas da riqueza urbana os sujeitos se situem –em virtude das opressões econômicas sofridas ou por integrarem um modo de vida distinto–, mais visível se torna um enredamento da vida dos indivíduos, das famílias e das comunidades abandonadas, nas quais se desenvolve uma comunicação própria para pedir e obter apoio no grupo.

Apesar do quanto os estratos mais abastados da sociedade definam um distanciamento social em relação aos percalços alheios, as cidades orgulhosas de sua pujança econômica não sabem evitar os episódios de inundações. Isso vem deflagrando mais do que um nervosismo coletivo, do que corridas aceleradas de pedestres, ansiosos para ficarem longes das poças d'água, buzinas atordoantes de veículos, cujos motoristas buscam insanamente impor sua pressa em vias obstruídas. Há, também, outros sujeitos que definem outro tipo e sociedade. Os transeuntes que largam os seus afazeres e seus trajetos originais, se esquecem subitamente da sua pressa particular, para acudir motoristas e passageiros em veículos que estão prestes a submergir em córregos; enfrentam a força descomunal das águas para irem ao encontro de pessoas carregadas pela enxurrada, alcançando-as pelas mãos, carregando-as no colo, jogando-lhes cordas e instrumentos improvisados de resgate. Outros, priorizam deslocar as suas pequenas embarcações, ou mesmo as improvisam, para percorrer as residências da localidade inundada a fim de auxiliar a quem precise desse resgate emergencial, como mulheres com crianças pequenas, idosos, pessoas com problemas de mobilidade, doentes crônicos. Enquanto isso, membros das comunidades ao derredor se organizam, num átimo, para produzirem refeições quentes aos desabrigados e distribuí-las a pé ou em seus veículos próprios.

A pressão emocional vivenciada pelos que estão no centro da situação aflitiva encontra retorno e reconhecimento na expressão facial, nos gestos, na fala e na prática de estranhos, os quais testemunham a situação de perto. Nas várias linguagens que se utilizam para se comunicar, ambos se enodoam como sujeitos sociais, num encontro de sua humanidade comum. Antes mesmo que estruturas organizacionais e institucionais, civis ou militares, se articulem para qualquer operação resgate, **o povo é o primeiro que vem ao socorro do povo**. Esse é um ponto de partida

imprescindível para refletir sobre a ideia de cuidado foram das grades analíticas convencionalmente assimétricas. Isto é, a partir de múltiplas possibilidades de interações sociais mais balanceadas nesse contexto adverso.

Nas grandes inundações, não são só moradores ou motoristas que ficam em apuros, assim como estudantes e o pessoal dos serviços públicos essenciais, pois comerciantes e prestadores de serviços privados, trabalhadores, patrões, clientes, passageiros e diversos outros segmentos são surpreendidos por essa situação em meio às suas rotinas. A falta de abastecimento hídrico inviabiliza a higienização pessoal, a de vestuário, veículos, habitação, além da limpeza dos bens que ficaram sujos dentro da moradia, do comércio local, das repartições públicas. Não há meios adequados de descarte de tudo o que foi perdido, dos sofás aos colchões, além de documentos irrecuperáveis. O sentimento de impotência, apesar do quanto os grupos afetados se desgastaram em inúmeras providências, só é atenuado quando as pessoas envolvidas diretamente nesses dramas se apoiam mutuamente, compartilhando seu tempo e seus relatos sobre a experiência vivida bem como os seus desapontamentos e aflições quanto ao processo de recomeço. Nessa troca, buscam relativizar as perdas havidas e encontrar sentidos novos para tocar a vida em frente, o que inclui refletir sobre como obter as condições de retomada de suas atividades o quanto antes. E, num sentido político, reivindicar a priorização de providências recuperativas junto ao poder público, sobretudo quando as causas do episódio estão associadas à falta de manutenção, inexistência ou insuficiência dos sistemas de drenagem urbana, ao descaso público com estradas e pontes e por aí fora.

As frustrações não se limitam aos grupos sociais afetados. Também o meio técnico que atua em emergências –agentes de defesa civil, bombeiros militares e voluntários, assistentes sociais, pessoal da saúde e outros– e que se vê obrigado a atender com presteza inúmeras ocorrências, de naturezas variadas, nem sempre dispõe do quadro humano e dos meios materiais suficientes e adequados para fazê-lo. O pessoal da limpeza urbana terá trabalho extra para retirar os entulhos das vias de tráfego; o pessoal de parques e jardins, além de bombeiros, atuará no corte e recolhimento de árvores caídas; enquanto isso, tratores do setor de obras retirarão o grosso da lama nas vias públicas. O pessoal do trânsito vai

liberando pistas ou sinalizando alternativas de tráfego; o de saneamento, consertando tubulações rompidas e o pessoal das companhias de eletricidade vai, aos poucos, repondo as condições adequadas de seguranças de postes e providenciando uma nova fiação para viabilizar o retorno dos serviços aos consumidores. Assistentes sociais vão mapeando a quantidade de famílias desabrigadas e desalojadas e, juntamente com a defesa civil e o(a) prefeito(a) municipal, discutem qual equipamento público local (estabelecimento escolar, ginásio público, áreas para acampamentos etc) tem condições indispensáveis (espaço para armar barracas, colocar colchões, equipamentos de cozinha/refeitório, banheiros coletivos utilizáveis etc) para servir de abrigo provisórios. As práticas supramencionadas são autônomas, em relação às suas estruturas específicas de gestão, porém, articuladas entre si, ilustrando o complexo elenco de providências de intervenção territorial e social mais urgentes, muitas delas dependentes de informações que não chegam na completude e velocidade requeridos. Em meio a tais exigências, pressões de natureza econômica e política podem influenciar as decisões de atendimento público no patamar mais alto da gestão pública, nos gabinetes de prefeitos municipais. Estes podem decidir que seria providencial deslocar suas equipes técnicas para atender a esses grupos privilegiados, mas cujas demandas são incompatíveis com a real situação de urgência de atendimento dos demais munícipes. A preterição dos que estavam no aguardo de atendimento, e não o receberam tempestivamente, aumenta os riscos de agravos físicos e materiais para estes. E, também, alimenta seus ressentimentos e desconfianças na capacidade de atuação técnica e no compromisso social daquele gestor, o que pode perdurar na memória coletiva, deteriorar a relação sociopolítica e ter implicações legais e eleitorais.

Diante esse panorama, que se repete todos os anos nas várias localidades do país, não tem sido suficiente ações preventivas baseadas em palestras técnicas de “conscientização” de gestores municipais ou de comunidades entendidas como vulneráveis. Treinamentos e simulados nos quais apenas os técnicos em emergência ditam qual é a sua visão particular sobre o comportamento coletivo a ser adotado, em circunstâncias hipotéticas que parecem totalmente conhecidas e sob controle, são, no mais das vezes, inócuos no ponto de vista prático. Isso porque as performances esperadas daqueles que são treinados estão baseadas no pressuposto de que o público treinado é um receptáculo vazio, sem um

repertório próprio de significados de mundo e de sentido de suas práticas pessoais ou coletivas. Mas, ao contrário disso, esse público não é como uma folha em branco, pois metabolizará as recomendações transmitidas conforme os seus filtros específicos de experiência, de valores, de percepções, de hábitos, de classe social, de gênero. Assim, a produção social de estratégias adequadas para viabilizar maior segurança humana frente às inundações depende do quanto as diferentes representações sociais do problema –isto é, dos recursos culturais variados oriundos dos múltiplos sujeitos implicados–, têm oportunidade de expressão e incorporação no teor das ações preventivas.

Por isso, uma vez que o gestor municipal tenha disposição para –ou seja convencido a– construir uma agenda pública participativa de combate às inundações, a mesma será mais consistente se três movimentos simultâneos ocorrerem, a saber:

- O de *técnicos que atuam em emergências* se disporem a escutar ativamente aquilo que os diferentes grupos sociais focalizados, em suas singularidades, têm a dizer sobre o referido problema, como agem nessas circunstâncias –inclusive, sentirem que os técnicos depositam confiança na prévia experiência comunitária de ajuda mútua–, quais prejuízos têm sofrido, que ordem de prioridade gostariam que fosse dada às suas demandas. A receptividade aos anseios comunitários, o desejo de apreciá-los com seriedade e de estabelecer compromissos em satisfazê-los cria laços de confiança para outras ações de prevenção;
- O das *comunidades* poderem receber os técnicos para também ouvir-lhes as solicitações e as preocupações, suas explicações sobre as razões pelas quais determinadas demandas locais não poderem ter sido atendidas. Além disso, ouvir a exposição dos técnicos sobre eventuais limitações que sofram em sua capacidade operacional, sendo aliados na busca de estratégias para incrementá-la –via parceiras com o empresariado local, nos projetos conjuntos com pesquisadores, na busca de financiamento internacional– e na produção de informações fiáveis e ágeis sobre os locais e ocorrências que pareçam ser mais críticas, afinando a sua colaboração mútua;

- Por fim, o de que *ambos* se reconheçam como **parceiros simétricos** na produção da agenda pública de redução de riscos de desastres, estabelecendo objetivos e metas viáveis, de curto e longo alcance, cujos conteúdos expressem a contribuição intelectual das partes envolvidas.

A conquista de uma cidadania plena depende da maior amplitude dos espaços de relações comunitárias dialógicas com o meio técnico. No caso dos desastres relacionados às inundações, quanto mais aqueles que sofrem com privações de toda a ordem passem a ser tratados como sujeito de experiência, de conhecimento e de direitos, mais as políticas acertarão o passo. Esse tipo de crise tende a ser agravar nos próximos anos, pela falta de um ambiente relacional profícuo para a produção, execução e fiscalização das políticas correspondentes.

Como a ideia de *cuidado* emerge nesse contexto?

Para começar, a ideia de cuidado é aqui considerada como um tipo de interação social baseada em princípios de cidadania. E isso, num país em que os déficits de cidadania se acentuam.

Logo, a perspectiva de cuidado no âmbito da esfera pública diz respeito ao teor e à forma como políticas públicas atenuam efetivamente os déficits de cidadania. Isto é, viabilizam as condições materiais e sociais necessárias para que as violências oriundas de desigualdades sociais, de preconceitos e de injustiças sociais sejam extirpadas do cotidiano de nossa vida coletiva. O que sofrem essas formas de degradação precisam sentir que a vida pública lhes oferece um tratamento digno, enxergarem oportunidades de crescimento e de plenitude que não lhes era acessível até então.

No âmbito interpessoal, isso significa que a orientação de cuidado deve ser, invariavelmente, a de garantia da dignidade da pessoa humana do outro, resultando no aumento do bem-estar e/ou atenuando o sofrimento deste (Siena, 2013). Ou seja, não se pode utilizar a aparência ou justificativa de cuidado para, no fundo, aviltar a pessoa do outro, menosprezá-lo, maltratá-lo. Reciprocamente, quanto mais um cuidado genuíno for oferecido, acomodando esse direito de cidadania para quem o recebe, é de esperar que o bem-estar proporcionado a este se refletida na relação do mesmo com o cuidador, numa interação fortalecida em seu sentido de propósito e de aumento do grau de satisfação de ambos. O cuidador também precisa ter a sua própria autoestima e a dignidade na realização de sua tarefa preservados, mas isso, no geral, depende de uma perspectiva bidirecional de valor, na qual nenhum dos lados implicados se sente aviltado. Extrapolando das situações particulares para o meio social mais abrangente, isso pode contribuir numa espiral mais promissora de bem-estar coletivo.

Por um lado, cuidado também significa não estereotipar os grupos afetados e ter olhos para as gradações de sofrimento individual e formas de intervenção ajustadas a cada caso em particular. Como salientam Noal *et al* (2013, p.5), *“Em situação de desastres, grande parte da população atingida padecerá de sofrimento intenso, mas encontrará conforto e apoio em suas estratégias comunitárias e cotidianas. Em seguida, haverá os casos que poderão ser beneficiados com projetos terapêuticos singulares, articulados pelo psicólogo e, em muito menor volume, aparecerão os casos que necessitarão de uma escuta especializada e, até mesmo, de uma intervenção farmacológica. Vale ressaltar que, em geral, são aqueles já mais vulneráveis – como os pacientes psiquiátricos, os moradores de rua, os desassistidos crônicos – que mais sofrem e que são menos percebidos pelas ações humanitárias de contenção”*.

Por outro, cuidar é eliminar as formas de opressão social, mesmo as que se travestem de bom mocismo. Nas fraturas da sociedade, onde crises que atingem o âmago da vida subcidadã são experimentadas diante de um Estado indiferente, o auxílio voluntário prestado aos que necessitam pode ter muitas facetas, nem todas socialmente boas. Conflitos sociais preexistentes são potencializados em desastres assim como desastres

podem deflagrar novos conflitos devido a inoperância ou incapacidade pública para fazer face à escassez de recursos essenciais para a sobrevivência, suscitando tensões entre indivíduos e famílias desassistidas para garantirem um provimento mínimo para si e para os seus (The World Bank and The United Nations, 2010).

Um lado mais alvissareiro é o de que o trabalho voluntário tenta colocar remendos nessas fraturas, fazer com a sociedade funcione a despeito das desigualdades sociais e do abandono em que vivem muitos grupos sociais no país, além de colher o entusiasmo dos que se organizam, espontânea ou institucionalmente, para dedicar tempo às dificuldades alheias, tomar contato com elas. Quanto mais gente se envolva nesse esforço de aproximação com realidades sociais duras e aviltantes, maior o potencial, dentro de uma nova ética solidária, para que novos elos sociais surjam.

Um lado mais tenebroso desse processo de evolução do voluntariado, e que não se pode ignorar dentro do contexto histórico de opressão que também marca a sociedade brasileira, é o de que isso pode reforçar práticas assistencialistas as quais, enfatizando o seu caráter apolítico, desviam os atendidos de uma necessidade de luta por direitos enquanto reforçam nos atendidos um sentido obrigatório de subalternidade nas manifestações de gratidão recebidas. Assim, se protela a pressão para que o Estado imprima uma reorientação ou dê mais vigor às suas políticas sociais. A relação direta entre atendentes e atendidos pode reforçar o exercício de submissão social dos últimos de modo que, a cada atendimento prestado, a interação imprima o significado de superioridade social e moral dos que oferecem e o da humilhação de quem recebe, vindo reforçado o desvalor do último como pessoa, num julgamento moral que o condena peremptoriamente. No contexto de inundações –que vai daquele associado às cheias extraordinárias de grandes rios ao colapso de barragens, passando por chuvas concentradas–, tem sido frequente testemunhar as comunidades afetadas perderem o direito de autoexpressão de suas demandas junto a autoridades ou a mídia. Isso devido à captura dessas demandas por um voluntariado local ou por organizações humanitárias ou movimentos sociais, cuja imagem prestigiada parece

autorizar que suas lideranças se apropriem dos sentidos e das vozes locais. Cada organização detém estratégias próprias para se impor perante a comunidade e as autoridades locais. A eficácia de sua performance é confundida com sua plena legitimidade para falar pelos grupos locais em fóruns deliberativos e pautar reivindicações segundo aquilo que tais organizações supõem serem as necessidades daquele coletivo.

Essa pauta usualmente reforça a presença, o domínio e a visibilidade da própria organização, num uso instrumental extensivo do drama coletivo.

Por exemplo, organizações que se apresentam como sendo as mais aptas para lidar com logística humanitária logo vão ao encontro das autoridades locais para gerenciar as provisões e donativos que chegam à localidade, e aí, passam a submeter as comunidades e famílias afetadas a seus critérios de distribuição, humilhando quem recebe. Essa mediação não é, realmente, legítima, pois reside numa usurpação de poder na relação entre doadores e receptores. Os mediadores não conhecem os desastres por dentro, isto é, desde o lugar de sofrimento plenamente experimentado pelos grupos sociais afetados; só o conhecem desde um repertório interpretativo padronizado, através do qual se aproxima dos afetados ou autoridades locais e já procuram estabelecer uma nova ordem e uma nova rotina na vida daqueles que devem, então, se sentir muito gratos e submissos. A isso temos denominado como **assédio do bem**, a aparência de cuidado com o outro, mas que tem um intuito político ou econômico que manobra o sofrimento social para as próprias causas do mediador. Isso solapa a dignidade dos grupos afetados nos desastres, os avilta e coloca camadas de opressão moral em seu já desafiador cotidiano de crise aguda ou crônica.

Outro exemplo é o de interações de voluntário ou técnicos com os sujeitos afetados, nas quais a maneira de se expressar e atuar –seja no modo de falar, em gestos ou em práticas– demonstra rejeição à pessoa dos afetados e tendências a estigmatizá-los. Quando maiores as perdas materiais e econômicas sofridas pelos últimos e maior o abandono social que sofrem nos locais provisórios de acolhida, mais as suas privações transparecem na forma como se apresentam fisicamente, como através de uma higiene pessoal precária ou roupas pouco condizentes com o seu tamanho ou sujas, por exemplo. As próprias pessoas que se encontram nessa situação já não se reconhecem conforme a autoimagem que tinham de si mesmas

antes do desastre. Quanto mais perdure o tempo em que não tenham condições de se dedicar à recuperação de sua aparência, e estabelecer razões profundas para fazê-lo, mais perdem a estima por si mesmas. O olhar fulminante de aversão do atendente à essa pessoa que necessita de cuidados é a gota d'água para que a vergonha se instale nos mais recônditos espaços do seu ser e lhe cause feridas emocionais profundas. Internamente, o sujeito desmorona de vez, abandonando-se, esquivando-se (Valencio, 2014). Por desistência de lutar por sua cidadania, abre caminho para aqueles que demonstram despreço e superioridade em relação à sua pessoa e, assim, passem a se sentir mais confiantes para ditar o seu futuro, já que os atendidos parecem incapazes de fazer isso por si mesmos.

No entanto, mecanismos de constrangimento social, como estes, precisam ser mais e mais identificados e enfrentados, porque constituem portas abertas para a banalização da barbárie, da desumanização do outro. Uma ética de cuidado é a que procura, pelas mãos ou pelos olhos, ir ao encontro da alma do outro, ajudando-o a produzir uma visão de si no mundo mais significativa, auxiliando-o a confiar naquilo que de mais valioso tenha dentro de si e a lidar corajosamente com o medo. Como salienta David (2016), a coragem é encarar a existência das emoções tidas como ruins, perguntar a si mesmo qual o motivo profundo que as aciona, procurar reelaborar a relação com esses gatilhos; a coragem é enfrentamento do medo, é o medo andando, dia a autora. É restituir voz e ação ao invés de abafá-las. É respeitar as próprias necessidades e preferências na forma de recomposição da aparência, no que gostaria de comer, no respeito ao ritmo do corpo em termos das vitais (dormir, acordar, higienizar-se, ir ao banheiro, alimentar-se). Pra quem atende, é procurar não impor regras que ofendam a dinâmica a vida privada dos afetados, nem utilizar a fragilidade da dor dos mesmos, de seus arrependimentos, de seu luto, de suas perdas para impor-lhes uma falsa positividade ou o seu ajustamento a rituais e discursos religiosos que ofendam a sua livre consciência. **Cuidar é estar atento para identificar e denunciar essas condutas de incivilidade de atendentes**, as quais têm aberto fraturas ainda mais sérias e extensas na sociedade brasileira, na contramão do bem comum.

No quadro abaixo (Quadro I), destacamos diferentes recomendações que poderiam incrementar uma relação de cuidado, em vários níveis de interação social, em contexto de inundações.

Quadro I: Princípios e ações a serem consideradas na relação entre atendentes e atendidos em contexto de inundação

| Princípios da Relação Social | Ações de Atendentes |
|--|--|
| Reconhecer a complexidade inerente ao ser humano, suas irracionalidades e a experiência-limite que os afetados estão vivenciando | <ul style="list-style-type: none"> • Evitar ter expectativas sobre comportamentos normalizados de pessoas que passam por crises agudas, isto é, basear-se em padrões de certo ou errado que se ajustam apenas à realidade (e classe social) de que testemunha de uma distância segura os acontecimentos. • Interagir de modo focalizado, conferindo importância a quem está sendo atendido; por exemplo, evite que as mensagens contínuas no celular ou interrupções para conversas banais com colegas pareçam ser mais interessantes. • Ter em conta as diferentes reações emocionais dos indivíduos diante perdas que aparentemente são similares. Cada indivíduo tem seu modo próprio de expressar emoções. • Respeitar e valorizar a dinâmica comunitária de apoio mútuo, complementando-a ao invés de subestimá-la. Aquilo que pareça apenas bagunça e ruído, que podem ser subjacentes à expressão cultural local. |
| Respeito à vida privada dos indivíduos e famílias afetadas | <ul style="list-style-type: none"> • Os membros da família, na sua hierarquia própria de funcionamento, seu repertório de sentidos e dinâmica de afetos, têm que lidar com aspectos privados da crise enfrentada e, se for o caso, encontrar apoio externo que não fira a sua dinâmica própria. • Proteger a privacidade significa que cada família e indivíduo estabelece os limites daquilo que deseja compartilhar com os demais, seja em termos de informação ou interação, e as fronteiras de sua integridade. • Não abusar da posição de atendente para auferir favores que firam a dignidade do atendido, em termos físicos, morais ou psicológicos. • Lembrar-se que a sociedade está expressa na forma das famílias vivenciarem suas precariedades. Assim, atribuir-lhes culpa pelos percalços vividos –esquecendo-se do quanto a lógica social contribui para a tragédia– não é um fundamento justo numa narrativa oficial ou institucional sobre aquele episódio. |
| Compreensão de que há mais de uma lógica envolvida | <ul style="list-style-type: none"> • Os sentidos de ordem, desordem e reorganização das famílias e das comunidades afetadas não deve ser desqualificado por racionalidades exógenas que lhes são impostas. |

Sugestão de atividade

O jovem Jia Jiang procurou reconhecer e lidar com as feridas emocionais de rejeições passadas. O fez, reconhecendo-as publicamente e passando a se colocar em uma centena de situações sociais diferentes nas quais haveria risco de tornar a ser rejeitado. Nessas situações, ele foi aprendendo a enfrentar os primeiros sinais de rejeição, contrapor-se aos mesmos, assimilando que a negativa dos outros não era a verdadeira medida de seu valor como pessoa. Nas situações em que a sua aproximação, o seu tipo de abordagem ou sua inusitada solicitação de ajuda a terceiros foram sumariamente rejeitadas, ele aprendeu a ir melhorando os seus argumentos ao mesmo tempo em que exercitou a cordialidade alheia ou mostrou os limites da mesma. Nas situações em que obteve sucesso, aprendeu a vencer as inibições e a exprimir-se melhor, superando aos poucos sua autoimagem depreciativa.

Com base no teor da conferência deste jovem (https://www.ted.com/talks/jia_jiang_what_i_learned_from_100_days_of_rejection) e do testemunho deão menos 05 diferentes situações vídeo-documentadas de suas experiências de confronto da rejeição (<https://www.rejectiontherapy.com/100-days-of-rejection-therapy/>), os membros do grupo poderiam discutir quais experiências de cordialidade inusitada gostariam de deflagrar em sua comunidade.

Referências

DAVID, S. (2016). **Emotional Agility**: get unstuck, embrace change, and thrive in work and life. London: Penguin Life.

NOAL, D. *et al* (2013). A atuação do psicólogo em situações de desastres: algumas considerações baseadas em experiências de intervenção *Entre Linhas, CRP-RS*, Ano XIII, n 62: 4-5. Disponível em: <http://www.crprs.org.br/upload/edicao/arquivo57.pdf>

SIENA, M. (2014). Desastres y vulnerabilidad: un debate que no puede parar. *Bulletin de l'Institut Français d'Études Andines*, v. 3, p. 433-443. Disponível em: <http://journals.openedition.org/bifea/5900>

THE WORLD BANK and THE UNITED NATIONS (2010). **Natural hazards, unnatural disasters: the economics of effective prevention**. Washington DC: The World Bank. Disponível em: https://biotech.law.lsu.edu/climate/docs/NHUD-Report_Full.pdf

VALENCIO, N. (2014) Desastres: tecnicismo e sofrimento social. *Ciência e Saúde Coletiva* (Impresso), 19: 3631-3644. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232014000903631&script=sci_abstract&tIng=pt

2. Alagamentos, enchentes, enxurradas e inundações: no que diferem?

Juliano Costa Gonçalves



No dia-a-dia usamos os termos alagamento, enchentes, enxurradas e inundações como sinônimos para expressar uma situação em que a água traz problemas ao cotidiano das pessoas. Contudo, os termos citados não são sinônimos. Vamos tentar entender o que é cada um destes termos? Vejamos o glossário de termos para pensarmos melhor nos conceitos.

Quadro 1 - Glossário de termos

| Termo | Definição |
|------------|---|
| Inundação | Inundação representa o transbordamento das águas de um curso d'água, atingindo a planície de inundação ou área de várzea (Min. Cidades/IPT, 2007). |
| Enchente | As enchentes ou cheias são definidas pela elevação do nível d'água no canal de drenagem devido ao aumento da vazão, atingindo a cota máxima do canal, porém, sem extravasar (Min. Cidades/IPT, 2007). |
| Enxurrada | A enxurrada é escoamento superficial concentrado e com alta energia de transporte, que pode ou não estar associado a áreas de domínio dos processos fluviais (Min. Cidades/IPT, 2007). |
| Alagamento | Alagamento é o acúmulo momentâneo de águas em uma dada área por problemas no sistema de drenagem, podendo ter ou não relação com processos de natureza fluvial (Min. Cidades/IPT, 2007). |

Fonte: Min. Cidades/IPT, 2007.

A ilustração abaixo permite observar melhor as inundações, enchentes e alagamentos.



Fonte: Min. Cidades/IPT, 2007.

O que causa uma inundação? Há uma relação entre o uso do solo e as chuvas ou o rompimento de uma adutora ou até de uma barragem (como vimos em Mariana/MG). O uso do solo indica que o crescimento das cidades faz com que haja a ocupação de áreas de várzea e que aumente a quantidade de áreas impermeabilizadas. As áreas de várzea são aquelas em que o rio ou córrego ocupa quando há o aumento de sua vazão (pelas chuvas no verão, por exemplo). As áreas impermeabilizadas dificultam a drenagem da água das chuvas escoando esta água para galerias pluviais e para os rios e córregos. Quando esta água não é corretamente drenada (por problemas de drenagem ou por exceder a capacidade de drenagem) pode haver alagamento. O entupimento de bueiros causa alagamentos ou até enxurradas (dependendo do declive do terreno).

Quando chove, a água que escoar para os rios e córregos cria um aumento de vazão, uma enchente, que pode continuar aumentando até que haja o extravasamento da água por ultrapassar o limite de água que aquele rio ou córrego suporta. Então, a enchente vira inundação.

Os desastres acontecem quando uma ameaça (como as chuvas) encontra a suscetibilidade do território (como as áreas suscetíveis à enxurradas, alagamentos, enchentes e inundação) e a vulnerabilidade social. Os desastres afetam as pessoas produzindo perdas (materiais e imateriais) e causando danos à saúde e ao ambiente (Gonçalves; Sousa, 2014).

Os principais prejuízos e danos que a população sofre com inundações, alagamentos, enchentes e enxurradas são:

- Prejuízos com perdas materiais (que podem ser medidas monetariamente): bens materiais com valor de mercado;
- Perdas imateriais (que não podem ser medidas monetariamente) como: a perda de vidas humanas, a vida de animais de estimação, fotografias (álbuns de casamento, por exemplo), arquivos e documentos (digitais ou não), entre outros.

- Interrupção da atividade econômica das áreas inundadas: paralisação de atividades econômicas com perdas para as empresas e para os trabalhadores.
- Contaminação por doenças de veiculação hídrica como: leptospirose, cólera, entre outros;
- Contaminação da água pela inundação: deposição de material tóxico em estações de tratamentos, mananciais de abastecimento, entre outros.

As inundações, alagamentos, enchentes e enxurradas afetam um enorme número de brasileiros todos os anos. Temos que aprender algo com isso.

Questões para o debate

- Você já viu alagamento? E enchente? E Inundação?
- Como estes eventos atrapalharam seu cotidiano?
- O que você acha que poderia ser feito para melhorar a situação dos alagamentos, enchentes e inundações?
- Quando há uma inundação que causa prejuízos materiais, quem é o responsável por causar esta inundação? Há outros responsáveis? Quem arca e quem deveria arcar com os prejuízos?

Referências

GONÇALVES, J. C.; SOUSA, R. D. (2014). Desafios de um planejamento integrado para prevenção de desastre. In: CARMO, R.; VALENCIO, N. (org.) **Segurança humana no contexto dos desastres**. São Carlos: RiMa Editora.

MINISTÉRIO DAS CIDADES / INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS – IPT (2007). **Mapeamento de riscos em encostas e margens de rios**. Brasília: Ministério das Cidades; Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT.

3. A multidimensionalidade do cuidado em contextos de inundações



As inundações estão se tornando problemas ambientais crônicos e muito desafiadores para autoridades governamentais, comunidades afetadas e outros atores da sociedade civil. O enfrentamento desse problema exige um esforço de construção de um diálogo multissetorial envolvendo sujeitos com diversas competências e experiências. Para ser mais efetivo, esse esforço precisa considerar o envolvimento central daqueles que vivenciam o problema, para se ter uma perspectiva mais realista dos percalços sofridos. Não se trata apenas de estabelecer uma aproximação com os grupos mais afetados nessas circunstâncias. Mas, permitir que os mesmos tenham uma oportunidade efetiva de autoexpressão. Para auxiliar esse exercício de cidadania, elencamos, abaixo, dimensões de sofrimento que apontam para variadas orientações de cuidado, esperando que isso subsidie a reflexão sobre como integrar diferentes sujeitos, ações, programas e estratégias de minimização de danos.

3.1 Dimensões da vida privada e da vida pública: indivíduo, família, comunidade e sociedade

Norma Valencio²
Mariana Siena
Juliana Sartori



A vida privada é aquela que se refere ao espaço territorial, social e simbólico privativo do indivíduo e da família, constituindo um universo objetivo e subjetivo o qual, a rigor, deveria ser inviolável perante terceiros. A estruturação e a dinâmica de funcionamento do grupo, com seu regramento tácito ou explícito e suas rotinas, compete exclusivamente ao mesmo, ao menos enquanto isso não ferir direitos individuais legalmente estabelecidos. Por exemplo, um casal pode desenvolver um modo próprio de lidar com seus conflitos, mas agressões físicas de um contra o outro são passíveis de intervenção externa para cessá-la e de punição no âmbito judicial.

² Apoio FAPESP, proc. 17/17224-0, CNPq, proc. 310976/2017-0.

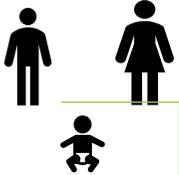
Crianças não podem sofrer abusos físicos ou psicológicos de sua família nem ficar desamparadas (ao relento, sem ter o que comer ou vestir, sem ir à escola) devido à displicência ou incapacidade dos responsáveis. Essas são circunstâncias em que diferentes medidas de intervenção são tomadas, desde a separação da criança de seus abusadores até o fortalecimento da capacidade econômica da família por programas sociais.

Como todos sabemos, a família de “propaganda de margarina” não existe.

E, atualmente, não há apenas diferentes tipos de família, mas diferentes tipos de problema que acometem cada uma delas e seus membros, em particular. Cada família tem uma estrutura, no geral, hierárquica – isto é, pais exercem controle, compartilhado ou assimétrico, sobre seus filhos, o filho mais velho sobre o mais novo, alguns destes sobre os pets da moradia e assim por diante–, e também uma dinâmica própria. Passados os anos, os filhos crescem e se tornam cuidadores de pais idosos, além de saírem da família nuclear e passarem a construir novos núcleos familiares –onde residirão sozinhos ou constituirão parceiros(a), exercerão a paternidade/maternidade sobre filhos naturais ou adotados, cuidarão ou acolherão parentes idosos, adotarão animais de estimação–, mantendo contato, em diferentes intensidades, com tios e primos nessa nova família estendida (Quadro I).

Quadro I: Três ciclos de uma família

1.o ciclo: um homem de uma com uma mulher e geram uma filha



2.o ciclo: a menina cresce, se casa com um homem com deficiência motora, adotam um menino e o pai da mulher, já idoso, se separa e passa a viver com o casal e o neto.



3.o ciclo: o menino cresce e estabelece uma união homoafetiva com alguém que já tem um filho de um casamento anterior heterossexual. Eles adotam um cachorro abandonado.



Note-se que, acima, adotamos a interpretação de que animais de estimação são considerados como membros da família. O fazemos não porque isso tenha base legal. Mas, porque é um fato social, dado que os laços afetivos e de responsabilidade em relação às necessidades vitais e sociais cotidianas do animal, além da nova dinâmica e sentidos que animais imprimem à vida de seus cuidadores. Isso é algo que torna esse vínculo tão relevante quanto o que se tenha entre os humanos que compõem o grupo da família nuclear. Às vezes, o vovô se relaciona melhor com o gato do que com os netos à sua volta. Como salienta Antonio (2016), o animal de estimação e o humano produzem suas formas próprias de comunicação e de expressar afeto mútuo e ambos compartilham várias emoções, tanto as que os unem quanto o sofrimento numa separação involuntária.

Por seu turno, a moradia não é apenas um território inespecífico, mas uma produção espacial do grupo familiar. Embora sua feição externa e estrutural corresponda mais claramente à capacidade econômica dos principais mantenedores do grupo –os que tiveram renda para adquiri-la ou obtê-la por meio de programas sociais, os que a adquiriram por meio de herança, de força física diretamente empenhada na autoconstrução e afins–, seu conteúdo interno corresponde a todos os seus moradores. Há o canto do gato com seus brinquedos; a casinha do cachorro com seu tapetinho de cochilo preferido; o berço do bebê, com os presentinhos ganhos de parentes distantes que vieram visitá-lo por ocasião de seu nascimento assim como os brinquedos de preferência; a cama do casal, tendo ao lado o guarda-roupa sobre o qual repousa o álbum de casamento; o beliche dos gêmeos e sua mesa compartilhada de estudo, repleta de material escolar e bagunça, e assim por diante. Cada membro da família, no uso do espaço da moradia, não está adstrito ao que considera ser o seu espaço individual bem como ao uso de seus objetos particulares. Os mesmos compartilham espaços, criam funções múltiplas para determinados objetos: a mesa serve para todos fazerem as suas refeições, mas pode ser a mesa de estudo ou trabalho, entre uma refeição e outra; a cozinha é onde preparam refeições, com pratos, copos, panelas e demais utensílios de uso comum, mas é sala de visitas de comadres; a sala é onde veem a tv e jogam videogame, que se confunde com dormitório, pois o sofá da família também faz as vezes de cama de um dos filhos, pela noite; o gato pula dentro do berço e, ali, tirar um cochilo

e, por aí afora. As interações sociais e a movimentação diária dos membros na moradia tornam a vida privada pulsante e quanto mais pulsante for, mais os vínculos entre estes se fortalecem.

Quanto maior o tempo e os sacrifícios que a família fez para que a forma e o conteúdo da moradia estivessem consoantes ao desejo de seus membros viverem e se socializarem nesse espaço compartilhado, mais a moradia se torna também um ente vivo, carregado de memórias e histórias do grupo. Trata-se da “casa-concha” mencionada por Bachelard (2003), que guarda os membros das tempestades da natureza e também das “tempestades da vida”. É ali que o sujeito encontra o abrigo-perfeito, na comunhão com seus entes mais próximos e em seu recanto de repouso e restauro para enfrentar os desgostos da vida. Isso corresponde ao conceito de *habitar* referido por Ingold (2002), que tanto vai além do dualismo mente/corpo quanto do que se refere ao homem/ambiente construído e natural, pois focaliza o processo relacional e continuamente dinâmico entre esses elementos. A casa, portanto, seria uma extensão do humano e uma mediação deste com o ambiente natural. A casa, delinearía o humano e a sua sociabilidade privada, seus hábitos, seu ser. Quando se perde a casa, o sentido do habitar fica comprometido.

De outro lado, muitos sacrifícios existenciais são feitos pelos que habitam moradias muito precárias. Ali se encontra uma situação inadequada, do ponto de vista construtivo, sanitário e afins. Mas, ao menos, é o lugar de onde os membros da família podem se proteger do muito que apanham cotidianamente da vida, se recarregando emocionalmente frente às precárias oportunidades que o mundo público lhes oferece. Nesse sentido, cada momento de sossego, de compartilhamento afetivo com os seus e com amigos e vizinhos que estão na mesma luta, de alegrias e memórias que possam ser extraídas de conquistas “suadas”, é, metaforicamente, uma dádiva. Obter-se poucas possibilidades de fazer melhorias construtivas na moradia ou adquirir objetos que permitam algum conforto extra ao grupo familiar –ainda que, na visão externa, possam parecer pírias conquistas–, faz com que o habitar traga boas memórias e permita crescimento pessoal de seus membros.

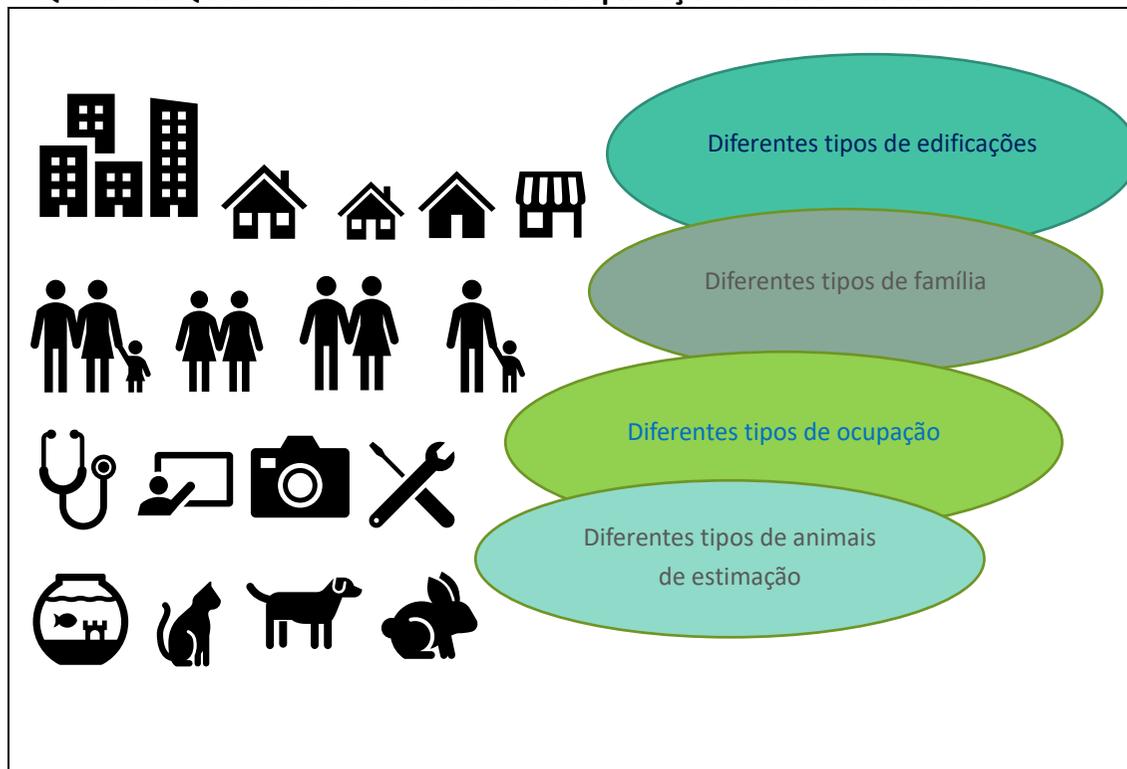
Quando inundações são colocadas no contexto do habitar, mesmo e principalmente das moradias mais precárias, fica mais claro que aquilo que está em jogo não é somente a segurança física dos membros da casa. Um sentido existencial, identitário e social de conquistas é igualmente abalado.

Inundações que atravessam e invadem o espaço doméstico provocam simultâneas ameaças: à integridade do corpo do indivíduo e dos demais membros com os quais este está intensamente vinculado; aos animais de estimação; aos objetos de valor simbólico, que se vinculam à suas experiências pretéritas, memórias, aspirações; aos de uso cotidiano e econômico que são indispensáveis às funções de seus moradores (tomar banho, cozinhar, dormir, estudar, trabalhar etc); à moradia em si. Por isso, embora usualmente as recomendações técnicas sejam para que as pessoas em risco nessas circunstâncias pensem prioritariamente em sua segurança individual, o indivíduo sabe que o sentido do seu viver depende, em diferentes gradações, da integridade de todos os componentes acima elencados.

No que tange aos vínculos entre os membros da família que compartilham a moradia, há que pensar que cada um tem laços horizontais e verticais alimentados por papéis sociais substantivos, que não podem ser desconsiderados. Uma mãe ou um pai não poderão simplesmente deixar para trás um filho, sabendo-o em situação de perigo iminente, conforme já dissemos antes. E este, ainda mais quando pequenos, terão a expectativa de serem cuidados por seus pais, por quem clamam por socorro nessas situações.

Ademais, cada tipo de comunidade –com suas edificações, estruturas de família, espécies de animal de estimação – pode deter uma ou mais características de vulnerabilidade assim como de habilidade, o que dificulta ter clareza imediata acerca de quem priorizar no atendimento emergencial e quais são os recursos locais de apoio mútuo (Quadro II).

Quadro II: Quatro diferentes variáveis na tipificação de uma comunidade



A mulher, como chefe da casa, é quem culturalmente desenvolveu aptidões para identificar e expressar tanto as dimensões objetivas das perdas concretas na moradia quanto as dimensões imateriais e intersubjetivas dos danos no núcleo familiar. Tais aptidões devem-se ao fato de que é ela quem, historicamente, “produz” o núcleo familiar, isto é, toma para si a responsabilidade de reprodução e manutenção do sistema de valores e

crenças para os demais membros bem como a de zelar o território onde se realiza a sociabilidade deste grupo. Uma vez que esta responsabilidade é incorporada, fica fácil compreender a imagem corrente, em desastre, de mulheres prostradas em frente aos escombros da casa afetada, em busca de algo que não se revela de imediato, uma forma dela mesma reelaborar suas perdas procurando alcançar meios para evitar a morte social do grupo (Valencio *et al.*, 2007).

No domicílio, pode haver crianças, idosos, pessoas com deficiência, gestantes. Além disso, pode ocorrer situações mescladas: idosos com deficiências, por exemplo. E outros complicadores. Crianças com deficiências, por exemplo. Essas são vítimas de constante preconceito e estigmatização social. E, num contexto de inundações, os eventuais serviços especializados de reabilitação que as atendem, e estão mais preparados para lidar com as mesmas, podem ficar inoperantes. E as mães, sobrecarregadas e estressadas, podem se isolar nesse contexto, querendo lidar sozinhas com a situação por temer que seus filhos sofram novas humilhações. Mesmo quando resgatadas e levadas para um abrigo provisório, a família com pessoas com deficiências podem se sentir em maior desvantagem frente àquelas, cujos pleitos conseguem ganhar maior visibilidade perante os gestores de abrigo e provisões (Valencio *et al.*, 2007; Zuurmond *et al.* 2016). Assim, as medidas de resposta precisam estar mais adequadas a identificar e priorizar a escuta a essas mães a fim de que as mesmas possam esclarecer os termos de auxílio que necessitam para diminuir o seu estresse e o da pessoa com deficiência sob seu cuidado. Pode, ainda, haver pessoas adultas com deficiências que vivem sozinhas. E essas, frequentemente, estão mal integradas no mercado de trabalho, enfrentando muitas barreiras físicas e sociais no dia-a-dia e sua renda tende a ser menor do que média. Isso intensifica a sua vulnerabilidade pessoal, incidindo na qualidade do seu habitar. Tais limitações pessoais precedentes podem ser ampliadas na circunstância de desastre, na qual os demais afetados tem mais chances de clamar por suporte urgente assim como em relação ao suprimento de mínimos vitais durante o período de reabilitação (Danquah *et al.*, 2014). Por exemplo, cadeirantes adultos que necessitem de fraudas descartáveis podem se sentir constrangidos em solicitá-lo.

Ao considerarmos as especificidades dos idosos nesse contexto, eles se caracterizam, em termos biopsicossociais, como os mais vulneráveis a esses eventos e com maior probabilidade de risco a óbito e adoecimento durante e após os desastres (Whittington, 2010). Gibson (2006) elenca alguns aspectos, tais como as doenças crônicas, as limitações funcionais e as disfunções sensoriais, físicas e cognitivas, que afligem significativamente este grupo. A vulnerabilidade desse grupo está pautada por sua fragilidade física e emocional numa situação de crise aguda; sentimentos de tristeza e estresse podem, eventualmente, ser intensificados com a perda e com a danificação de sua moradia e de outros bens (Orioll, 1999). Porém, além de considerar os aspectos oriundos da fragilidade física do idoso não significa que devemos vitimizá-lo, pois o idoso é portador da memória social do grupo. Então, nesse cenário, o idoso também pode amparar em sua experiência e em seu discernimento, que partem de seus talentos e habilidades, para saber o que fazer e isso deve ser valorizado nesse contexto adverso. Os idosos têm um papel importante na ajuda humanitária, na identificação dos mais vulneráveis em seu bairro e no gerenciamento e coordenação de abrigos temporários para a sua comunidade e outras (Gibson, 2006), pois sua trajetória de vida pode predispor-lo a entender melhor as necessidades alheias.

Por fim, convém salientar que desastres também podem gerar agravos à saúde que levem a deficiências posteriores (Danquah *et al*, 2014). Assim, situações de escorregões e quedas bruscas no chão ou em buracos, quedas de material pesado sobre o corpo, ferimentos com objetos cortantes, choques elétricos e afins podem levar à perda da capacidade de locomoção, de audição, de visão, de memória e outras, comprometendo a capacidade individual e da família de se recuperar economicamente, em moldes semelhantes ou melhores do que antes da crise aguda. Muita apreensão e providências costumam ser tomadas pelas famílias antes, durante e após as inundações (Quadro IV). A mobilização doméstica, por mais intensa que seja, vai revelando muitos aspectos sobre o habitar. Um deles, é o de que os membros da família utilizam de modo intenso a sua criatividade –para readequar os bens móveis, proteger animais de estimação e criança –, bem como fazem esforços físicos sem precedentes para evitar, a todo custo, terem grandes prejuízos no episódio. Outro aspecto é o de que a degradação da moradia, dos bens móveis e do corpo

se dão de modo simultâneo. A água contaminada que adentra a moradia vai danificando e inviabilizando o uso de bens móveis, alimentos, eletrodomésticos, roupas, enquanto os residentes, na tentativa de fazer algo para acudir as coisas, ficam com as roupas do corpo igualmente sujas e o seu corpo em contato com esse ambiente potencialmente causador de doenças de veiculação hídrica. A exaustão física é acompanhada de exaustão emocional. Misturam-se as preocupações sobre o montante dos danos havidos e a capacidade efetiva de recuperar-se dos mesmos. A perda de objetos de valor simbólico, sentimental e econômico vai atrelando passado, presente e futuro; isto é, atrelando a memória do percurso do grupo, a viabilidade da vida prática cotidiana, presente e as perspectivas de sobrevivência.

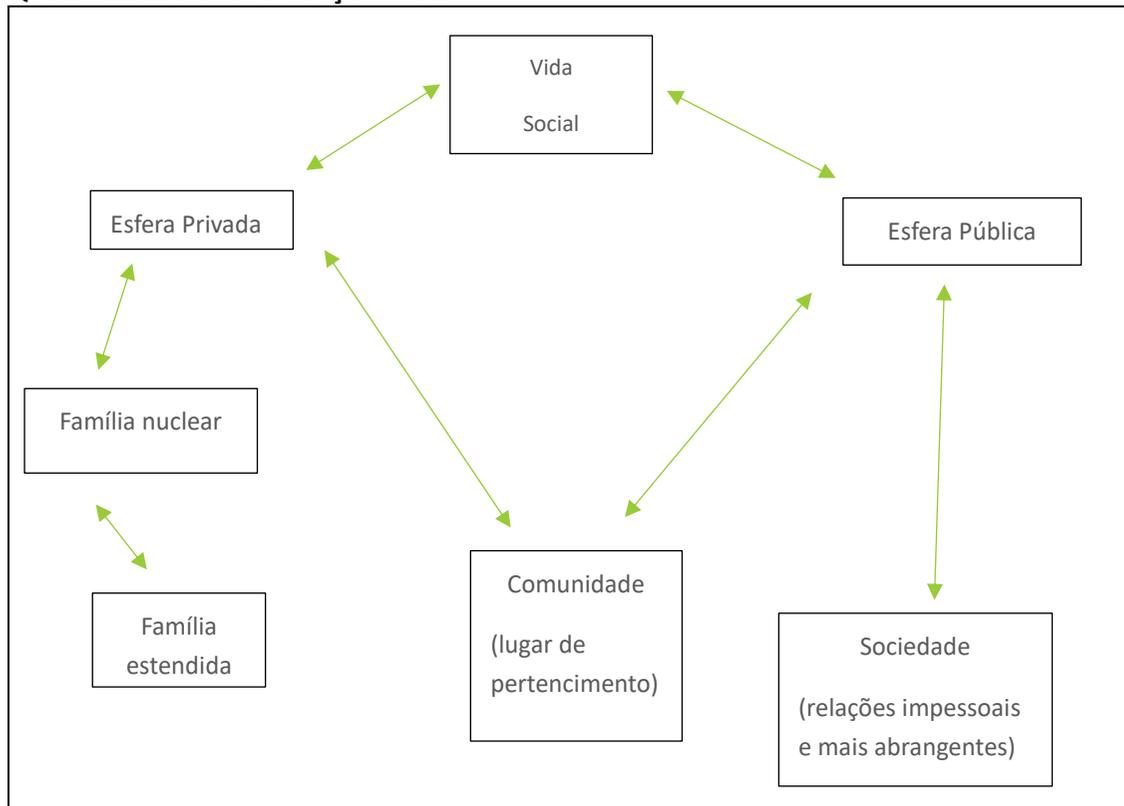
Quadro IV: Ilustração de potenciais preocupações e providências das famílias antes, durante e após as inundações

| | | |
|--|---|--|
| <p>Antes:</p> <p>Preocupações: ouvir o noticiário para ver se está previsto a chegada de grande volume de água na localidade de moradia; refletir sobre quais dos membros da família estarão em maior situação de risco e como deixá-los a salvo; pensar em quais objetos móveis estão mais suscetíveis e o que fazer para protegê-los.</p> <p>Providências: tentar preservar objetos de valor sentimental e simbólico; ir o mais rápido possível para casa ou nela permanecer para tomar medidas que impeçam que as águas invadam a residência (colocar objetos nas portas externas para bloquear a entrada das mesmas); suspender, o quanto possível, os móveis e eletrodomésticos (geladeira, tv, gavetas com roupas, camas); retirar aparelhos das tomadas; colocar medicamentos, documentos, material escolar, brinquedos de estimação e itens indispensáveis no dia-a-dia sobre os móveis; deixar à vista e disponíveis baldes, rodos e panos de chão.</p> | <p>Durante:</p> <p>Preocupações: como fazer as necessidades fisiológicas com o banheiro inundado? Como lidar com a agonia das pessoas mais frágeis da casa e tentar achar lugar e meios para retirar o máximo de bens da água? Quais técnicas corporais adotar para colocar a água para fora da moradia? Será que fotografias de família e documentos estão bem guardados?</p> <p>Providências: reclassificar certos objetos da moradia conforme a sua capacidade de servir para evacuar do local o apor seus pertences: aqueles que possam flutuar poderiam servir como embarcação improvisada ou apoio para o resgate emergencial dos que não podem lidar com o volume das águas, (geladeira, prancha de surfe, pneus); escadas de madeira podem servir, na horizontal, como pontes para pular uma corredeira e ir para local mais seguro. Se possível, colocar botas e luvas de borracha para evitar o contato direto com a água; verificar se os membros mais vulneráveis da família estão fora do contato direto com a água contaminada.</p> | <p>Após:</p> <p>Preocupações: verificar se há água disponível para as ações de limpeza; pensar em como obter material para higienizar a moradia em qualidade e quantidade compatível com o requerido.</p> <p>Providências: obter materiais para higienização do corpo (sabão, toalha, absorvente higiênico, papel higiênico, creme dental, escovas de dentes e cabelo, fraudas etc; buscar trajar roupas limpas e hidratar-se; achar um local para repouso, com roupa de cama limpa (lençóis, travesseiros, cobertores); descartar apropriadamente objetos e mantimentos danificados; limpar objetos recuperáveis; viabilizar local e sabão para lavar e secar roupas contaminadas que valham à pena preservar; explicar para patrões a impossibilidade de ir ao trabalho.</p> |
|--|---|--|

De outra parte, também indivíduos e famílias podem deter habilidades, técnicas corporais, instrumentos e objetos que colaborem no seu autoatendimento e no resgate a vizinhos em apuros similares. Quanto mais os vizinhos tenham uma disposição amistosa e possam compartilhar esses recursos sociais, estratégicos e endógenos à comunidade, mais confiantes poderão se tornar no enfrentamento imediato das inundações e a situações similares futuras.

Quando as relações sociais entre atendentes e atendidos se estabelecem dentro de uma clara compreensão dos limites da **vida privada** e da **vida pública**, se espera que as ações de cuidado não sejam invasivas no que tange à subjetividade de indivíduos e a intersubjetividade dos membros de uma família e da comunidade a que pertencem. A vida privada é a que tem os indivíduos, por exemplo, no que tange às escolhas e práticas afetivas, ao modo como organizam sua habitação e desenvolvem os seus hábitos domésticos, elaboram suas preferências alimentares, definam o modo de trajar, qual música ouvir, e assim por diante. E, também, é a que une sujeitos como parte constitutiva de uma mesma família nuclear ou extensiva, cujas regras são definidas nas relações endógenas desse coletivo. A comunidade de convivência é quase uma transição entre a vida privada e pública na medida em que a forma de sociabilidade que transcorre entre vizinhos, compadres e amigos ao redor pode ou não permitir certas interferências na vida privada de seus membros, conforme as regras e limites que estes estipulam. A vida eminentemente pública, conforme saliente Arendt (2010), é aquela na qual as relações sociais tendem a ser impessoais, respaldadas na compreensão e na garantia dos direitos humanos, os quais se encontrariam plenamente incorporados pelas instituições públicas e privadas que configuram a sociedade civil (Quadro III). Por exemplo, no âmbito do trabalho, no atendimento numa repartição pública, isso repeliria as relações mais informais e regularia uma interação social mais equitativa e sóbria a todos os cidadãos.

Quadro III: Níveis de interação social



A dimensão política: a segurança humana como um direito

Lamentavelmente, nos dias de hoje, ainda vemos autoridades governamentais, técnicos que atuam em emergências e desastres, cientistas, jornalistas e demais formadores de opinião mencionarem que as pessoas sistematicamente prejudicadas nessa situação –que são os segmentos mais empobrecidos da sociedade– são culpadas por seu infortúnio. Menciona-se que a vulnerabilidade das mesmas decorreria de sua “ignorância”, de sua “falta de percepção de risco”, de sua “opção” por morar nas chamadas “áreas de risco”, desconsiderando a necessidade de ter uma maior segurança espacial. Esse discurso preconceituoso tem sido bastante difundido e um dos seus efeitos é o de sujeitar esses segmentos a humilhações constantes. Outro efeito, é o de desonerar autoridades públicas de suas responsabilidades em atender adequada e prioritariamente tais segmentos antes, durante e após as inundações.

Há um recorte de classe social muito nítido na intensidade e multidimensionalidade como danos associados a inundações são vivenciados e os que mais padecem são historicamente os mais pobres. Porém, outros segmentos da sociedade começam a vivenciar esses danos, ainda que de um modo diferenciado. As inundações têm se tornado um problema generalizado no país, que afeta o cotidiano das distintas classes sociais, desde os meios materiais públicos e privados (estabelecimentos, infraestruturas) às interações sociais (providências, afazeres). Mas, esse espraiamento do problema pode estar induzindo que as providências públicas se destinem prioritariamente aos segmentos sociais com mais recursos de voz, isto é, aos que têm mais condições políticas ou econômicas de exigir providências. Ou seja, o alastramento dos desastres relacionados às inundações tende a gerar respostas do poder público que não revertem a lógica de desigualdade social, mas a reforça.

Quanto mais se difundam preconceitos sociais em relação aos que estão mais suscetíveis diante inundações, ou que estes sejam relegados no atendimento público em relação às medidas estruturais e não-estruturais necessárias nos seus lugares de trânsito, de trabalho e de moradia, menos as questões sociais de fundo relacionadas a este problema socioambiental serão enfrentadas. Dentre elas, as que dizem respeito a como:

- os riscos ambientais são produzidos socialmente e distribuídos desigualmente, obedecendo a uma lógica econômica perversa;
- o mercado imobiliário se organiza, expulsando os mais pobres para as áreas com menor cobertura dos serviços públicos (de drenagem, de coleta de resíduos, de transporte, de saúde pública, entre outros);
- o modelo econômico vigente redundando na manutenção do trabalho precário e de altos níveis de desemprego, inviabilizando o acesso das famílias a moradias mais seguras. E assim por diante.

Uma vez que essas questões sejam postas à margem do debate público sobre o enfrentamento de inundações, a face social do problema vai perdendo a nitidez. E, assim, iniciativas públicas que são propagadas e alardeadas sem uma escuta ativas às comunidades perdem a sua efetiva conexão com a vida prática destas. Mas, para aqueles que sofrem percalços constantes com as inundações, os desafios costumam está muito acima das medidas públicas tomadas a respeito, algumas das quais adotadas com um caráter impositivo e por meio do uso de violência. Famílias que se veem obrigadas a se submeter às mesmas ficam muito indignadas, pois não encontram canais para expressar o quanto as medidas públicas geram, para elas, mais dilemas, inseguranças, incertezas e uma perspectiva de piora de suas condições de vida. O contexto de abandono social, de injustiça e de conflitos sociais não se dissocia de desastres relacionados às inundações, mas apenas muda as suas tonalidades.

Agentes de defesa civil, assistentes sociais, bombeiros e demais técnicos são premidos a agir em resposta às inundações quando, nesse contexto, há indivíduos, famílias e comunidades inteiras em perigo. Antes, porém, da época do ano em que esses episódios são de mais provável ocorrência, o planejamento de ações preventivas deveria incluir encontros e oportunidades de debates com as comunidades a fim de que se familiarizem

melhor com os problemas locais e possam dar conselhos úteis. Mas, que igualmente os técnicos estejam abertos para compreender os problemas socioambientais desde a perspectiva dos moradores, escutá-los atentamente, e terem ciência de quais as estratégias protetivas –referentes ao repertório cultural local, tanto no conhecimento empírico e até técnico de membros da comunidade– podem ser viabilizadas no uso dos meios materiais disponíveis ou meios a serem tempestivamente providenciados pelas autoridades. Cabe salientar que o relembrar compartilhado de experiências pretéritas de sofrimento social, devido a vivência de episódios de inundações anteriores, também gera um arsenal de recordações sobre estratégias exitosas adotadas naquela ocasião e que impediram danos maiores.

Questões para atividade e debate

Com cartolina ou papel cartão, elaborem uma comunidade imaginária composta por 20 famílias. Cada qual, com uma característica específica em termos de tamanho, composição de gênero e etária, de tipos de deficiências por um ou mais de seus membros, de doenças crônicas, de tipos de animais de estimação, características ocupacionais e outros aspectos que julgarem válidos.

O cenário é o de que todas as moradias da comunidade foram expostas à inundação, mas em gradações diferentes. Contudo, a comunidade inteira se encontra em situação de isolamento. Falta luz, água e houve perda de sinal de telefonia móvel. Faz frio à noite. A previsão é de que a situação se prolongará por dias a fio.

- Discutam quais famílias/membros, e por quais razões, deveriam ser os primeiros resgatados por serviços de emergência;
- Enquanto estejam à espera de resgate por serviços de emergência, discutam as estratégias comunitárias que poderiam ser deflagradas para minorar o sofrimento individual e familiar;
- Após a inundação, quais medidas colaborativas, entre membros da família e entre vizinhos, poderiam auxiliar no processo recuperativo?

Referências

ANTONIO, L.S. (2016). **Desafios da (des)proteção de animais em contexto de desastres: o caso de Teresópolis/RJ**. Dissertação de mestrado. São Carlos. PPGSEA/EESC-USP. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18139/tde-26102016-082306/pt-br.php>

ARENDR, H. (2010). **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

DANQUAH, L. *et al* (2014) Disability in post-earthquake Haiti: prevalence and inequality in access to services. *Disability and Rehabilitation*. 1-8: <https://doi.org/10.3109/09638288.2014.956186>

GIBSON, M. J. (2006) **We can do better: Lessons learned for protecting older persons in disasters**. Washington, DC: American Association for Retired Persons, 2006. Disponível em: <http://assets.aarp.org/rgcenter/il/better.pdf>

INGOLD, T. (2002). **The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill**. London: Routledge.

VALENCIO, N. *et al* (2007). O desastre como desafio para a construção de uma hermenêutica diatópica entre o Estado e os afetados. *Revista Cronos*, Natal, v. 8, n. 1, pp.81-100. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/3169/2559>

ZUURMOND, M. *et al* (2016) Childhood disability in Turkana, Kenya: understanding how carers cope in a complex humanitarian setting. *Afr. Journal Disabil*, 5(1):277. DOI: [10.4102/ajod.v5i1.277](https://doi.org/10.4102/ajod.v5i1.277)

ORIO, W. (1999). Psychosocial issues for older adults in disasters. **Substance Abuse and Mental Health Services Administration**. Washington DC: Center for Mental Health Services.

WHITTINGTON, F.J. (2010) A timely recovery for literature on disasters and older adults. *The Gerontologist*, v. 51, n. 1, p. 132–137, 2010.

3.2 Dimensões ambientais e da saúde

Juliano Costa Gonçalves



As inundações são um grande problema. Algumas vezes, elas são parte do desastre e não ele todo. É o que acontece quando uma forte chuva vem acompanhada por raios e vento. Os raios, entre 2000 e 2014, provocaram 1.790 mortes no Brasil e a cada 50 mortes por raios no mundo uma ocorre no Brasil (de acordo com dados do Grupo de Eletricidade Atmosférica – ELAT – do INPE). Os raios causam prejuízos materiais, principalmente, com danos aos aparelhos elétricos. Os ventos fortes causam problemas com prejuízos materiais e também com mortes ligadas a desabamentos e lançamento de objetos. Quando pensamos na proteção e na saúde das pessoas, é preciso levar em conta as diferentes ações ligadas à proteção destes fatores ambientais, os raios e os ventos. Para se proteger contra estas ameaças, o Quadro I mostra algumas dicas.

Quadro I – O que fazer quando há raios e/ou vento forte

| O que não fazer quando há raios | O que fazer quando há vento forte |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> - Evite praticar atividades agropecuárias ao ar livre, circunstância que mais mata pessoas no Brasil; - Evite ficar próximo a carros, tratores, andando em motos, bicicletas e ao lado de transportes em geral. - Evite ficar em campo aberto, como praias, campos de futebol ou embaixo de árvores e perto de cercas. - Evite ficar perto de objetos que conduzam eletricidade (como telefone com fio, ou celular conectado ao carregador) e objetos metálicos grandes. - Evite ficar em um abrigo aberto como uma sacada, varanda, toldo, deque, etc. - Busque um veículo fechado como abrigo e fique dentro dele, com as portas e janelas fechadas, sem encostar-se à lataria até a tempestade passar. | <ul style="list-style-type: none"> - Evitar a prática de esportes influenciados pelos ventos ou aquáticos, tais como: surf, windsurf, kitesurf, rapel, rafting, dentre outros; - Evitar empinar pipas; - Evitar ficar próximo a precipícios, encostas ou lugares altos sem proteção; - Evitar transitar nas proximidades de fiação elétrica; - Trabalhadores que utilizam andaimes devem redobrar os cuidados e verificar com atenção a fixação das amarrações e dos encaixes metálicos; - Tomar cuidado com lentes de contato, pois o vento forte pode pressioná-las contra os olhos ou deslocá-las; - Quando estiver transitando pelas avenidas, evitar passar sob cabos elétricos, outdoors, andaimes, escadas, estruturas que não transmitem segurança, escadas, dentre outros. Não estacionar veículos próximos a torres de transmissão e placas de propaganda, pois estas estarão sob influência de ventos fortes; - Não se abrigar debaixo de árvores ou em frágeis coberturas metálicas; - Em caso de tornado, a melhor proteção individual é constituída por abrigos subterrâneos, como um porão, já que o efeito de sucção dos tornados só ocorre a partir da superfície do solo. Se a sua residência não tem porão, fique no corredor interno, deitado próximo ao chão (no piso mais inferior) e coloque-se debaixo de uma peça do mobiliário resistente ou de um colchão. - Se você for surpreendido por um tornado fora de casa, deve deitar-se em uma vala ou depressão do terreno que se encontra fora da estrada, afastado de árvores, postes ou muros. Não tente fugir de um tornado de automóvel, saia imediatamente do veículo. |
| Fonte: ELAT. Cartilha Proteção Contra Raios. s/d (adaptado pelo autor). | Fonte: Defesa Civil de Itajaí/RS. s/d. |

As inundações e alagamentos causam muitos problemas à saúde. Quando há uma inundação ou um alagamento, há o contato com a água e com lama contaminada. Este contato pode provocar doenças nas pessoas como a leptospirose (a urina do rato elimina a bactéria causadora da doença)

quando as inundações e enchentes disseminam água contaminada. Há surtos de propagação de leptospirose vinculados com eventos de inundação (Santos *et al*, 2012, p. 2).

A ingestão de água ou alimentos contaminados podem provocar doenças como: leptospirose, hepatite A, hepatite E, doenças diarreicas, febre tifóide e cólera (Martins; Castiñeiras, 2008). Em caso de inundação, é fundamental cuidar da profilaxia da água e dos alimentos a serem consumidos. Outra doença a ser evitada é o tétano, que devido ao aumento da ocorrência de ferimentos nos afetados por enxurradas, alagamentos, inundações, pode se disseminar. O tratamento do tétano é realizado nos postos de saúde, que podem avaliar melhor o ferimento e realizar as medidas preventivas com vacinação (Martins; Castiñeiras, 2008).

Por fim, o acúmulo de água pode favorecer a proliferação do mosquito *aedes aegypti* que transmite a dengue e a febre amarela. É importante monitorar e desfazer tais acúmulos de água para evitar surtos de dengue e de febre amarela.

Questões para debate

- Você já presenciou uma tempestade de raios? Já perdeu ou conhece alguém que perdeu algum objeto elétrico por sobrecarga na rede elétrica devido a algum raio?
- Já teve problemas com ventos fortes?
- Você toma medidas para se precaver contra problemas com raios e/ou ventos fortes?
- Que cuidados com a saúde são estes?

Referências

ELAT. Grupo de Eletricidade Atmosférica do INPE (2008). Mortes por raios no Brasil. Infográfico. s/d.

MARTINS, F. S. V.; CASTIÑEIRAS, T. M. P. P. Inundações, doenças e vacinas. Cives (Centro de Informação em Saúde para Viajantes). Disponível em:
<http://www.cives.ufrj.br/informacao/inundacoes/inundacoes.html> (capturado em fev. de 2018).

SANTOS, L. B. L. et al (2012). Sobre risco, ameaça e vulnerabilidade à Leptospirose em situações pós-alagamentos, inundações e enxurradas: reconstruindo o episódio do Vale do Itajaí (2008-2009). Congresso Brasileiro de Desastres Naturais: Rio Claro/SP, **Anais...**

Páginas web consultadas na internet:

<http://www.inpe.br/webelat/homepage/>

<https://defesacivil.itajai.sc.gov.br/c/saiba-como-agir-em-caso-de-vendavais-e-tornados>

3.3 A dimensão psíquica: individualidades, comunidades, transpessoalidade e ética

Luiz Henrique de Sá



A visão dos órgãos governamentais, por ser reducionista e materialista sobre o problema, contempla apenas os aspectos pragmáticos de todo o contexto e se esquece do principal, que são as pessoas em sua múltipla dimensionalidade. Propomos que a Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), como forma de trabalho e de relação humana, é um referencial teórico apropriado para mudar o curso das ações, humanizando-as.

O **resgate emocional** das pessoas que vivenciam emergências e desastres deve ser central na forma de enfrentar os acontecimentos. Mesmo que exista a possibilidade das pessoas, recorrendo a sua resiliência, atravessarem o momento mais crítico sem grandes alterações psíquicas, o que se pode constatar é que grande parte delas é abalada em suas convicções, valores e verdades.

O aspecto emocional da vivência, ligado às possíveis perdas de entes queridos, às experiências de dor e de morte, às condições anormais de sobrevivência, acabam por afetar o equilíbrio orgânico, o nível de consciência e a capacidade de discernimento e de resposta da pessoa.

Daí a necessidade de realizar o que chamamos de resgate emocional: que é criar as condições para que o organismo possa refazer o seu equilíbrio funcional. O termo resiliência tem sido utilizado nesses contextos, porém, após experimentar essa situação crítica de emergência e desastres, é impossível retornar às condições de equilíbrio anterior, pois a experiência é transformadora.

Para os profissionais de psicologia que possam estar no local durante a crise aguda, é importante manter o foco no aqui e agora. A sensibilidade terapêutica pode acessar os núcleos emocionais profundos que compõem o processo de sofrimento da pessoa focalizada. A ACP nos fornece as ferramentas necessárias advindas da sua proposta de Plantão Psicológico *“... um tipo de atendimento psicológico que se completa em si mesmo (...) objetivando receber qualquer pessoa no momento exato (ou quase exato) de sua necessidade, para ajudá-la a compreender melhor sua emergência”* (Tassinari, 2010, p. 189).

Comunidades para Aprendizagem é uma abordagem que Carl Rogers e colaboradores propuseram para viabilizar terapias de grupo. Trata-se de estar ainda centrada na pessoa pois se concebe *“a pessoa humana interior, única, subjetiva, como o digno e válido núcleo da vida humana”* (Rogers 1974, p.9). *“O objetivo (e a arte) da terapia de grupo centrada na pessoa é facilitar a criação de um clima em que a tendência formativa possa expressar-se livremente em cada pessoa e no grupo de pessoas”* (Wood, 1983, p.49)

A Abordagem Centrada na Pessoa focaliza o humano a partir dos valores que assentam a sua atitude. Assim, problematiza as características éticas das relações humanas interpessoais, comunitárias, sociais, políticas. Na prática, os valores que a ACP consagra se traduzem por respeito e apreço pelo humano, por crer em uma comunicação profunda, compreensiva e por uma relação aberta, real e não baseada em papéis predefinidos (Amatuzzi, 2012).

Questões para debate

- 1- Como se sente em relação aos desastres?
- 2- Sente-se apoiado comunitariamente se acontecer um desastre?
- 3- Que tipo de auxílio você espera dos órgãos governamentais em caso de desastre?
- 4- O que você aponta como mais difícil em caso de desastre?

Referências

AMATUZZI, M. (2012). **Ética humanista e psicoterapia**. Alínea.

WOOD, J. et al. (1994). **Abordagem Centrada na Pessoa**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida e Universidade Federal do Espírito Santo.

WOOD, J.K. (1983). Sombras da entrega. In: Rogers, C., Wood, J.K., O'Hara, M.M. Fonseca, A.H.L., **Em busca de vida**. São Paulo, SP: Summus Editorial. pp.23-44.

TASSINARI, M.A. (2010). Plantão Psicológico como promoção da saúde. In: Bacellar, A.(Org.) **A Psicologia Humanista na prática**. Palhoça, SC: Editora Unisul, 2010. pp 189-201.

3.4 A dimensão espiritual

Juliana Sartori
Luís Henrique de Sá



O medo e o mistério associados aos fenômenos que advém da natureza constituem parte do imaginário humano. Diversos grupos sociais buscam explicações para seus medos e condicionam suas práticas para se protegerem de acontecimentos que perturbam sua rotina. Os desastres consistem em um desses elementos que atemorizam muitos grupos sociais. Entretanto, as representações e enfrentamentos relacionados a esses fenômenos estão vinculados às tradições, as quais se fundamentam nas relações sociais.

A dimensão espiritual é fundamental para compreender aspectos subjetivos da experiência humana. Dentre as múltiplas dimensões dos desastres, a espiritual permeia aspectos subjetivos do mundo privado e coletivo. No contexto de desastres, cada grupo social interpreta e lida com esses fenômenos de uma forma. E esses enfrentamentos envolvem desde práticas protetivas de prevenção ao evento extremo, como orações, guardar itens de valor simbólico (fotos, santos, entre outros) até a reconstrução da vida privada, seja na reorganização da casa, recuperação dos itens que foram perdidos, entre outros.

Especificamente, em relação à dimensão espiritual, podemos identificar a importância das orações como medidas protetivas contra tempestades, ou a urgência em encontrar imagens de santos no meio da lama, logo após a inundação. Isso se constitui como uma fonte de esperança e medida recuperativa emocional e simbólica da vida daqueles afetados, que se amparam na espiritualidade como fonte de reconstrução.

É comum que pessoas que passem por experiências em emergências e desastres não consigam classificar racionalmente sua experiência e essas acabem por tomar um cunho de mistério e esoterismo. Porém, essas experiências, no mais das vezes, são fruto da natural transcendência humana e de uma espiritualidade ainda pouco compreendida e confundida com religiosidade.

Como explica O'Hara (1983, *apud* Boainain,1999): *“Nossos companheiros humanos nos necessitam não pelo que podemos fazer, mas pelo nosso essencial ser, pela nossa própria natureza. [...] Precisam de nós para que testemunhemos os eventos que estão vivendo, e para sermos pelo menos um outro, de tal forma que a união com o universo possa ser possível.”*

Questões para debate

- 1- A dimensão espiritual faz parte do seu dia-a-dia? Como? Através de que prática?
- 2- Você vê a religião como suporte para a sua espiritualidade?
- 3- Acredita que a espiritualidade auxilia em momentos de desastres?

Sugestão de atividade

Para adentrar nos aspectos subjetivos dos desastres, vamos realizar a atividade em grupo a partir do **Mapa da Empatia** (vide Fig. 1, abaixo), que consiste no exercício de se colocar no lugar do afetado. Cada integrante do grupo preenche as perguntas a seguir num *post-it* e cola no mapa (em silêncio):

- O que pensa e sente?
- O que ouve?
- O que vê?
- O que fala e faz?

Após essa reflexão inicial, os membros do grupo discutem suas impressões e percepções e respondem coletivamente as perguntas a seguir:

- Quais são as dores vivenciadas?
- Quais são as necessidades?

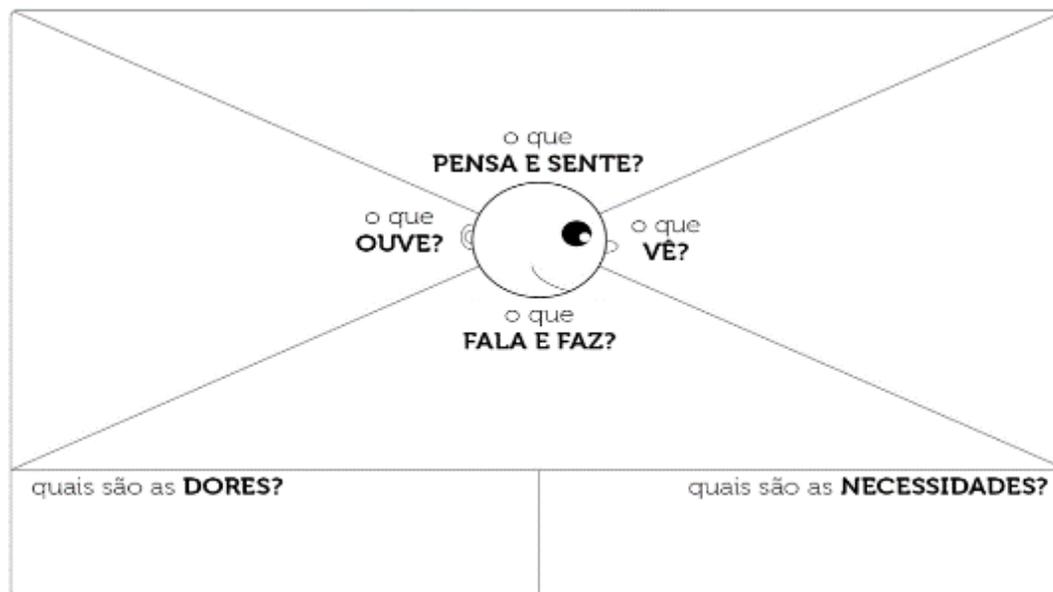


Fig. 1: Mapa da Empatia (baseado na metodologia do Design Thinking para Educadores)

Os grupos podem apresentar suas discussões para os demais. E, para fechar o debate, é importante retomar a reflexão sobre a importância de respeitar os aspectos subjetivos e espirituais dos grupos sociais que estão lidando com os desastres.

Referências

BOAINAIN Jr, Elias (1998). Tornar-se Transpessoal. São Paulo: Summus.

DT para Educadores. Site Design Thinking para Educadores. Disponível em:
<http://www.dtparaeducadores.org.br/site/>

3.5 A integralidade do ser-no-mundo em meio a essas adversidades

Norma Valencio
Samira Younes Ibrahim
Juliano Costa Gonçalves
Mariana Siena
Juliana Sartori
Luís Henrique de Sá



Em uma adversidade de caráter ambiental, não apenas nosso corpo físico é ameaçado, sofre e requer cuidados. As esferas emocional, social, mental, espiritual e energética também são abaladas, pois todas elas são interdependentes. Elas compõem a integralidade do Ser. E necessidades surgem nessas esferas. Podemos pensar que o nível mais pessoal é também o mais universal, assim é possível reconhecer algumas necessidades básicas iniciais implicadas no cuidado integral do Ser que atravessa uma situação de adversidades, tais como: a de segurança pessoal e de pessoas queridas; a de manter a família reunida no mesmo local; estar próximo de vizinhos e amigos; obter informação sobre os familiares e amigos desaparecidos e feridos; provimento de alimentação e hidratação; retirada de novos documentos para repor aqueles extraviados; receber ajuda para recompor as condições de trabalho; ter momentos de descanso e, se necessário, ficar em silêncio; ter momentos onde possa cuidar de sua dor, medos, inseguranças, raivas e, se necessário, receber ajuda profissional, inclusive para ressignificar o que está acontecendo dentro de sua

trajetória de vida. Quando as políticas de reabilitação e recuperação deixam de focalizar todos esses aspectos, e de maneira integral, as adversidades mudam de configuração, mas estão ainda presentes no centro da vida. Não adiante somente as águas das inundações terem baixado para o desastre ter terminado na vida delas...Diante os problemas ainda por enfrentar, é importante saber que **podem** ser normais reações iniciais às adversidades, que não fazem parte das características habituais da pessoa afetada, tais como: tristeza, insônia, medo, ansiedade, choro, certa apatia, hiperatividade, insegurança. Reações que, se persistirem por muito tempo, irão exigir cuidados profissionais apropriados.

Os desastres afetam as várias dimensões humanas, sejam elas mais físicas e corporais ou mais psíquicas e espirituais, porém, todas vitais. As corporais são de mais fácil acesso e podem ser tratadas de forma mais objetiva e rápida, enquanto as que pertencem ao campo da psique necessitam de sensibilidade e compreensão para a sua abordagem. Em emergências e desastres, dadas às circunstâncias pouco usuais ou anormais, essa exigência é aumentada. Pessoas, nessas condições, podem ser afetadas em várias de suas dimensões, sendo as dimensões da psique as que sempre apresentam mudanças muito significativas. O trabalho interdisciplinar faz-se necessário à manutenção da integralidade humana, nesses casos (Sommerman, 2006).

No contexto de desastre os aspectos psicossociais precisam ter maior visibilidade junto ao ente público, visto que a reconstrução no plano material não garante a reconstrução em nível simbólico. Os aspectos relacionados aos sentimentos e experiências, que permanecem silenciados pelos afetados nos desastres, devem ser priorizados nas medidas de cuidado, com intuito de se pensar as consequências multidimensionais a longo prazo. É de notar, ainda, os elementos que pontuam a resistência dos grupos sociais no cenário de desastres. Por exemplo, a resistência coletiva não apenas no referente à destruição havida, mas à forma como foram abordados no episódio, se manifesta na manutenção da cultura local, seja nos rituais religiosos ou na retomada, ainda que precária, de práticas da vida cotidiana. Assim, quanto mais diversos os olhares sobre o problema, mais elementos de resistência local serão identificados para que as políticas respondam sem aviltá-las.

Visualizar a integralidade do Ser nessas circunstâncias exige, assim, situá-lo socialmente, isto é, desvendar e articular os elementos sociais que produzem o desastre. Isto é, ver o desastre não como um fenômeno que “atinge” nossas sociedades, mas que é produzido no âmbito das relações sociais que se expressam nela, no padrão de desenvolvimento que ora se desenrola nas cidades e no campo, nas desigualdades sociais com as quais insistimos em conviver. Suas feições são identificáveis em âmbito macro e microssociais. Seu teor está nas relações sociais e enfaticamente no modo de interação que o Estado tem com os empobrecidos. Cada grupo social traz o seu próprio *habitus*, o qual precisa ser considerado em qualquer estratégia de minimização do sofrimento. A mulher, por exemplo, tem historicamente muitos papéis justapostos na moradia, os quais constituem sua identidade: o de mãe; o de chefe do lar; o de esposa; mais recentemente, o de chefe de família. Principalmente, a mulher desempenha o papel de mantenedora da coesão familiar. Todos esses papéis sociais são formas de socialização fundamentais para a perpetuidade dessa instituição, a família, na sua dinâmica endógena. Tais papéis necessitam ser considerados em sua integralidade, pois se ações de resposta a emergências apenas focalizarem a preservação da vida física, como fazem muitos órgãos de proteção e defesa civil, isso pode incrementar a morte social do grupo familiar. Ademais, as políticas e estratégias de atenção aos grupos sociais mais vulnerabilizados, e afetados recorrentemente em desastres, não deveriam reproduzir os vieses de classe, dando atendimento de segunda classe aos pobres. A vida social precisa ser restaurada dentro de uma perspectiva de cidadania, isto é, de igualdade de direitos para todos os que vivem sob as nuvens cinzentas nos céus. Com compensações aos que, sob tais nuvens, sofrem com a cotidiana proteção social desigual.

A dimensão ambiental do cuidado, por seu turno, envolve todos os elementos vinculados ao ambiente natural e construído em que as pessoas vivem. É nesta dimensão que nos preocupamos com os elementos climáticos, com o solo, com a água, com a poluição e com a forma como usamos a natureza. Na dimensão ambiental discutimos como podemos melhorar os problemas das inundações, por exemplo, recompondo a vegetação dos rios e córregos assim como discutir sobre a repercussão que uma intervenção territorial de grande monta pode ser sobre o conjunto da bacia. Tem sido sempre mais fácil apontar para quem mora perto de córregos e rios e acusá-los de “falta de percepção de risco”, como se os

efeitos das inundações que sofrem fosse sua única responsabilidade. Mais difícil, porém necessário, é identificar os sujeitos que produzem e induzem a impermeabilização ou a exposição de grandes extensões do solo urbano e rural ao derredor –carreando mais velozmente águas pluviais em vazões extraordinárias ou assoreando os mananciais–, mas estão a salvo de vivenciar o problema que geram. Assim, uma busca por uma melhor relação entre o ambiente natural e o construído se vincula, por exemplo, a dimensões de saúde ambiental ou de política cultural, ou de lógica fundiária, por exemplo. Nestas relações, faz sentido pensar a dimensão ambiental como o cuidado de si mesmo, o qual não se desvincula do cuidado para com as outras pessoas e o cuidado com animais, plantas, solo, água, ar... Cuidar dos outros significa cuidar das pessoas pensando numa qualidade de vida e de bem-estar global (Fig.1). Cuidar de animais, plantas, solo, água, ar e de outros elementos do ambiente significa manter a base da vida e da existência da natureza como compromisso para que as futuras gerações possam desfrutar da mesma qualidade de vida e bem-estar que temos, queremos e desejamos.

Um exemplo prático sobre o cuidado multidimensional no contexto urbano das grandes cidades é o de uma política de manutenção séria das praças, jardins e parques. Quando bem cuidados, estes atraem visitantes que ali usufruem da beleza para a melhoria de seu bem-estar físico e psicológico, além de serem espaços que ensejam uma maior convivência comunitária. Crianças, idosos e seus cuidadores encontram ali um ambiente propício a estímulos perceptivos agradáveis –na variedade da vegetação e das flores, no canto das aves, na temperatura amena das sombras–, o que minimiza o efeito dos estressores nas suas rotinas de compromissos públicos ou no âmbito doméstico. Por seu turno, esses efeitos de bem-estar também precisam chegar aos que, se encontrando em vulnerabilidade extrema, sequer dispõem de moradia e dormem nos bancos das praças públicas e em demais espaços públicos a céu aberto. A cidade que provê embelezamento e limpeza urbana também precisa prover abrigos humanizados e políticas mais consistentes de reintegração social aos que estão num estágio avançado de desfiliação social, incluindo o seu direito de também frequentar esses espaços, fazer uso dos equipamentos de exercício ali existentes, mas com a sua dignidade

restaurada. Assim, interseccionando as políticas urbanística e social, evita-se as armadilhas das cidades cindidas, nas quais os cuidados territoriais, voltados para alguns, cobram o preço de expulsão sumária de outros. (Valencio *et al*, 2008).

Quantas facetas da vida o desafio de lidar com inundações pode revelar?

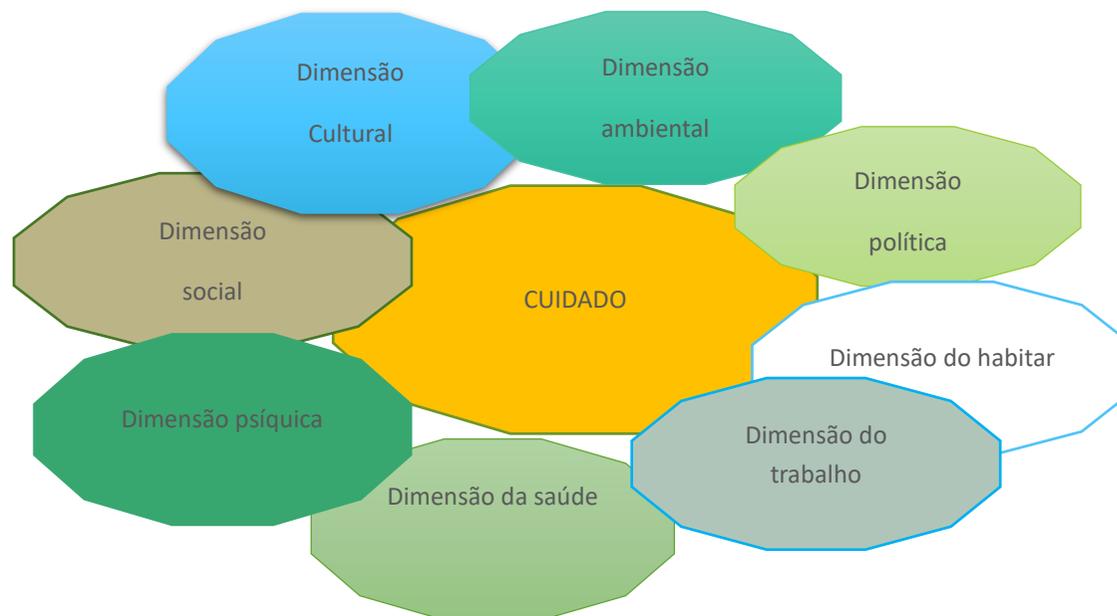


Fig. 1: Dimensões relevantes para as práticas de cuidado em contexto de inundações.

Questões para reflexão

Este é um convite para você realizar primeiro uma reflexão pessoal.

Só precisa de lápis ou caneta e papel.

Considerando situações de inundações, reflita:

- quais seriam suas necessidades básicas nas dimensões apresentadas na Fig. 1, acima?
- como as mesmas poderiam ser atendidas, mesmo que parcialmente?

Em um segundo momento, se você quiser, pode fazer o mesmo exercício com seu grupo (família, vizinhos, colegas de trabalho, comunidade).

E, assim, discutir, criar em conjunto redes próximas de colaboração em momentos de desastres.

Sugestão de atividade

Em grupo, elenquem um conjunto de estabelecimentos públicos e privados que compõem uma localidade urbana hipotética, suscetível a inundações expressivas. Após, visualizem uma situação de inundação na qual essa localidade teria ficado em isolamento por 3 dias consecutivos, afetando diretamente uma parte dos equipamentos públicos, estabelecimento privados e moradias e a outra parte tendo uso apenas parcial. As comunicações, sistemas de fornecimento de energia e de fornecimento de água foram interrompidos.

A partir disso, propõe-se:

- Discutir qual o balanço possível entre os espaços e as necessidades dos grupos foram mais afetados e dos que ainda dispõem de algum recurso.
- Identificar quais novas funções potenciais as estruturas ainda viáveis poderiam ter para a sobrevivência coletiva (por exemplo, galpões servirem como espaço para abrigo, padarias e mercados com suprimentos de alimento e água, fontes de combustível para iluminação e cocção etc) e quais critérios seriam utilizados para compartilhar tais recursos.
- Quais procedimentos seriam adotados frente a necessidade de realocação de grupos especialmente vulneráveis, tais como: pacientes em casas de repouso e hospitais, unidade de atendimento a pessoas com deficiência, unidades prisionais, canil municipal. etc.

Questões para debate

- 1- Que papel podem desempenhar a inter e a transdisciplinaridade nas situações de desastres?
- 2- As ações dos órgãos governamentais atingem a integralidade humana, durante as situações de desastres, preservando-a?
- 3- Durante os desastres que dimensões humanas se mostram mais vulneráveis?

Referências

SOMMERMAN, A. (2006) **Inter ou transdisciplinaridade?** São Paulo, SP: Paulus Ed.

VALENCIO, N. *et al* (2008) Pessoas em situação de rua no Brasil: estigmatização, desfiliação e desterritorialização. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 7, p. 556-605. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/NormaArt.pdf>

4. Sugestões de atividades de suporte às discussões comunitárias



Atualmente, há um elenco imenso de sugestões de estratégias e atividades que estão acessíveis, por meio virtual e presencial, no tema de inundações. O conteúdo das mesmas pode, eventualmente, colaborar para que diferentes sujeitos –com perfis etários diferentes, assim como formação e experiência muito distintas umas das outras– entrem em contato com certos aspectos do problema de modo a favorecer suas reflexões individuais e discussões coletivas. Se, à primeira vista, o conteúdo do material não parecer muito substancial ou pertinente ao caso específico do interessado, ao menos se poderá encontrar nele algumas pistas sobre como adaptá-lo. Ou, ainda, inspiração para que educadores, desenvolvedores de games, terapeutas e afins os aperfeiçoem ou promovam novos caminhos de comunicação no tema das inundações.

Abaixo, forneceremos três ilustrações de materiais/atividades dentre essa gama variada que existe ou pode ser desenvolvida.

4.1 Oficina: Cronologia das necessidades sociais dos afetados

Samira Younes Ibrahim
Juliano Costa Gonçalves
Alana Pereira
Bruno Paganelli
Décio Bueno Neto
Isadora Haddad Ruiz
Junio da Silva Luiz
Milena Ricco dos Santos



Há possibilidades de realização de oficinas de discussão sobre as necessidades sociais dos afetados, as quais não requeiram nenhum material especial para fomentá-la – apenas folhas de papel, lápis ou caneta para anotações dos grupos e fita adesiva para fixá-las numa superfície vertical para visualização de todo o grupo.

Os trabalhos podem ser iniciados a partir da apresentação de uma ou várias situações reais, as quais suscitem nos participantes a ideia de que há muitos aspectos sociais problemáticos – sejam eles pregressos, simultâneos e sucessivos – envolvidos na vivência de uma inundação. A formação e a experiência dos participantes também devem ser valorizadas como fonte de conhecimento para calibrar a interpretação dos acontecimentos. A variedade de pontos de vista é algo a ser tratado como positivo para o exercício de reflexão sobre os casos apresentados bem como na etapa

seguinte, pois a pluralidade de visões sobre tal problema complexo também promove um leque mais amplo de reflexões sobre estratégias para contorná-lo.

Uma ilustração foi uma oficina recente, ocorrida na UFSCar, envolvendo os autores desse capítulo.

O ponto de partida da discussão foi o de um episódio no qual uma motorista de um veículo de passeio, ao decidir passar por um alagamento, avaliou mal os riscos implicados. Os sujeitos que acompanham a cena se envolveram de maneira diversificada com a situação, a qual foi se agravando paulatinamente. O alagamento, ao contrário do imaginado pela motorista, não era apenas de um volume pequeno e superficial de água empoçada, mas era de grande magnitude e erodiu a via. Ali, havia uma cratera aberta, cheia de água, que engoliu o carro inteiro quando a motorista se aventurou a atravessá-la. Nesta cena, os transeuntes expectadores tomaram decisões diferentes. Alguns tentaram salvar o carro, outros só se mantiveram olhando o desenrolar da cena. A motorista do carro se salvou sozinha (enquanto tentavam salvar o carro dela), saindo o veículo sem que os demais notassem, fixados na condição em que se encontrava o veículo. A discussão com o grupo, assim, emergiu deste elemento motivador que foi apresentado.

A partir dessa situação inicial, para suscitar nos participantes a ideia de multidimensionalidade de aspectos implicados mesmo numa situação aparentemente simples, foi proposto aos participantes que discutissem as necessidades dos afetados numa inundação hipotética no município de São Carlos/SP, circunstância na qual as comunidades mais afetadas permaneceriam dois dias inteiros sem receber nenhum auxílio externo.

Cinco recortes temporais deveriam ser considerados, a saber:

- a) as primeiras horas do primeiro dia, tempo no qual tais comunidades se veriam surpreendidas com a ocorrência;
- b) o segundo dia, no qual um conjunto de necessidades vitais deveria ser satisfeita enquanto a expectativa de resgate aumentaria;

- c) de quinze dias a dois meses, quando a crise aguda teria passado, mas haveria muito por fazer para retomar minimamente as rotinas de vida;
- d) de seis meses a um ano, quando a memória coletiva sobre o ocorrido ainda seria intensa, e uma nova rotina se estabeleceria, por vezes, com maior precariedade, começando pela apreensão diante a possibilidade de que houvesse novas inundações num futuro próximo;
- e) por fim, com base naquilo que foi vivenciado, pensariam acerca das medidas de prevenção para que algo similar não ocorresse mais.

Os resultados obtidos, conforme Quadro I, abaixo, demonstram o quanto os participantes se envolveram com a atividade e como a mesma os sensibilizou para situações de desastre em seus múltiplos aspectos. Isso colaborou a criar e/ou fortalecer uma cultura de prevenção de desastres a partir de uma discussão de pressupostos e dos recursos culturais locais. Ter solicitado que os participantes refletissem sobre a situação, imaginando que a mesma ocorreria em seu lugar de vivência, do seu dia a dia, contribuiu para que rapidamente conseguissem se colocar na situação. As etapas temporais supramencionadas foram tratadas de forma complementar umas das outras e as várias dimensões do cuidado integral aparecem em todas as fases. O desastre não está localizado somente quando acontece um evento, como uma inundação, e requer ações contínuas, com o trabalho de diversos profissionais. A participação da comunidade afetada é essencial em todas as etapas do processo. Às vezes, ideias que parecem simples podem ser salvadoras. Veja a ideias que surgiram e converse sobre isso com sua rede de apoio.

Quadro I – Recortes temporais de ações para dias de desastres e sua prevenção

| PRIMEIRAS HORAS | SEGUNDO DIA | 15 DIAS a 2 MESES | 6 MESES a 1 ANO | PREVENÇÃO |
|--|---|---|--|---|
| Procurar sair do principal fluxo da água (do escoamento superficial) para evitar ser carreado. | Reavaliar a situação, verificando o comportamento da inundação. | Identificar estabelecimentos de saúde da localidade que estejam voltando ao pleno funcionamento e que | Manter-se solidário e colaborar no apoio mútuo entre as famílias que passaram pela experiência (as que retornam às suas moradias, as que vão para a casa | Diagnóstico e análise de risco das bacias hidrográficas do município e do tempo de retorno de inundações. |

| | | | | |
|--|--|--|--|---|
| | | possam dar continuidade ao atendimento a doentes e feridos que tenham sido levados para longe de suas comunidades. | de parentes/amigos e as que permanecem no abrigo. | |
| PRIMEIRAS HORAS | SEGUNDO DIA | 15 DIAS a 2 MESES | 6 MESES a 1 ANO | PREVENÇÃO |
| Evitar contato com resíduos, água contaminada e cabos de energia. | Manter a busca por vítimas e providenciar primeiros socorros. | Formar uma comissão de abrigados para discutir com gestores o melhoramento das condições do abrigo e possibilidade de mudança do local do abrigo para outro mais adequado. | Realocar pessoas desalojadas para locais mais apropriados para a retomada de sua vida privada. | Aumentar número de áreas permeáveis e utilizar comunidades vegetais em prol disso. Restauração de APPs. Renaturalização do rio/rios urbanos - revitalização da margem do rio. |
| PRIMEIRAS HORAS | SEGUNDO DIA | 15 DIAS a 2 MESES | 6 MESES a 1 ANO | PREVENÇÃO |
| Verificar se membros da família e vizinhos estão a salvo assim como seus animais de estimação. | Verificar locais onde haja mantimentos (água e alimentos) que possam ser utilizados pelos desabrigados; procurar autorização informal das famílias abrigadas para que suas moradias invadidas pela água, mas sem danos estruturais, possam ser acessadas para a procura por mantimentos essenciais. Buscar brinquedos pra as criança, para mantê-las entretidas e emocionalmente menos vulneráveis. | Caso seja necessário permanecer no abrigo por mais algum tempo (em virtude de problemas que tornem inviável o retorno às moradias), envolver uma comissão de abrigados, com recorte de gênero, na gestão dos suprimentos (na recepção, controle de estoque; preparo; distribuição). Isso diz respeito a alimentos, água, brinquedos, peças de vestiário, cobertores e afins. | Realizar um diagnóstico socioambiental detalhado da área que foi afetada. | Criar ações estruturais: bacias de retenção/contenção, interferir em barreiras de drenagem, integrando com sistemas de alerta e monitoramento ambiental. |

| PRIMEIRAS HORAS | SEGUNDO DIA | 15 DIAS a 2 MESES | 6 MESES a 1 ANO | PREVENÇÃO |
|--|--|--|---|---|
| Identificação se há membros da comunidade em situação de risco iminente e que necessitem de auxílio urgente. | Classificar as demandas dos vários subgrupos no referente às suas necessidades vitais e psicossociais e priorizar o suprimento das pessoas mais vulneráveis. | Providenciar 2.a via de documentos destruídos/danificados/ex-traviados na inundação. | Manter o apoio psicológico aos que necessitem lidar com as perdas havidos e se motivarem para as atividades de recuperação de seu modo de vida. | Implementar ações de aumento da permeabilidade do solo, planejamento do uso e ocupação do solo, além de identificação de áreas inundáveis, compactação do solo, descarte de resíduos. Análise do relevo, solo, declividade e vegetação. |
| PRIMEIRAS HORAS | SEGUNDO DIA | 15 DIAS a 2 MESES | 6 MESES a 1 ANO | PREVENÇÃO |
| Priorizar a segurança dos membros mais frágeis (feridos, crianças, idosos, gestantes, pessoas com deficiência e mobilidade reduzida) | Verificar quais são os riscos ambientais mais graves que possam ser atenuados em ações colaborativas (ex: higienização do local do abrigo; adoção de técnicas alternativas para descontaminação de água para consumo humano; remanejamento das famílias do seu primeiro lugar de instalação procurando propiciar mais confortos a doentes, feridos, gestantes e demais pessoas suscetíveis; utilização de técnicas para proteger o abrigo, desviando o fluxo da água que esteja eventualmente aumentando etc). | Que a família abrigada possa contatar a sua família estendida e/ou amigos a fim de ver a possibilidade de ser acolhida em sua moradia provisoriamente. Obter compromisso de apoio da defesa civil/assistência social para com o auxílio em suprimentos, para não onerar o anfitrião. | Acompanhamento das novas estratégias de avaliação e monitoramento da área afetada e de eventos hidrológicos. Criar sistema de alerta para novos eventos de inundação. | |
| PRIMEIRAS HORAS | SEGUNDO DIA | 15 DIAS a 2 MESES | 6 MESES a 1 ANO | PREVENÇÃO |
| Reunir as famílias e procurar lugar seguro para agrupá-las. | Organizar o local de abrigo conforme critérios que favoreçam a proteção às | Valorizar relações solidariedade provenientes de localidades vizinhas. | Proceder a planejamento ambiental e urbano adequado. Realizar intervenções ambientais, tais como: análise do solo/relevo, | Promover a elaboração/reavaliação de Plano Diretor visando a prevenção de danos |

| | | | | |
|--|---|---|--|---|
| | famílias e pessoas mais vulneráveis | | plântio de monocotiledôneas para contenção. | em áreas inundáveis/suscetíveis a problemas similares. |
| PRIMEIRAS HORAS | SEGUNDODIA | 15 DIAS a 2 MESES | 6 MESES a 1 ANO | PREVENÇÃO |
| Mobilizar os membros da comunidade em diferentes grupos, considerando as habilidades particulares e profissionais de cada qual para, entre outros: - buscar recursos básicos (água, comida, remédios); - buscar sobreviventes da comunidade nos lugares afetados, tendo esses instruções e precauções sobre a estrutura física do local para assegurar as suas vidas; - identificar profissionais de saúde no grupo para prestar atendimento a quem necessite, especialmente estancando ferimentos; apoiar emocionalmente os que se encontram mais aflitos. | Levantar o conhecimento de pessoas mais velhas da localidade sobre plantas e frutos comestíveis; procurar madeiras para fazer fogo tanto para coação quanto para aquecimento do local, se necessário. | Garantir atendimento médico e acesso a medicamentos para os desabrigados e desalojados. Prover diagnóstico e tratamento psicológico, médico e assistencial aos que necessitem. | Fornecimento de equipamentos para auxílio comunitário caso o evento venha a ocorrer novamente. Estabelecer rotas de fuga e pontos de apoio. | Criação/reavaliação comunitária do conteúdo de planejamento de ações de defesa civil para circunstâncias similares. |
| PRIMEIRAS HORAS | SEGUNDO DIA | 15 DIAS a 2 MESES | 6 MESES a 1 ANO | PREVENÇÃO |
| Identificar clareira ou uma área aberta qualquer onde se possa utilizar objetos chamativos para chamar a atenção de socorristas. Sinalizar que na área há feridos. | Auxiliar paliativamente os adoentados e feridos. | Tentar revisar mais frequentemente a moradia, se seguro, a fim de buscar qualquer recurso recuperável. | Criar/apoiar fóruns de discussão em educação ambiental: discutir o quão problemático foi o contexto que levou ao desastre, os erros de planejamento urbano e os riscos persistentes e novos. | |

| PRIMEIRAS HORAS | SEGUNDO DIA | 15 DIAS a 2 MESES | 6 MESES a 1 ANO | PREVENÇÃO |
|--|---|---|--|--|
| No local provisório de abrigo, procurar fontes de aquecimento. | Auxiliar as mães a distrair as crianças menores. | Acompanhar e colaborar com as medidas governamentais de limpeza urbana. | Fomentar pesquisas sobre os impactos socioeconômicos havidos e o debate público sobre o acontecimento, envolvendo políticos, grupos de apoio, especialistas e comunidade. | Prover obras públicas de contenção de inundações. |
| PRIMEIRAS HORAS | SEGUNDO DIA | 15 DIAS a 2 MESES | 6 MESES a 1 ANO | PREVENÇÃO |
| | Incrementar as estratégias de pedido de ajuda externa (formar figuras ou palavras com objetos de cores chamativas; em clareiras, fazer fumaça). | Participação de comissão de famílias desabrigadas na construção de critérios de assistência social na distribuição de auxílios (tais como de auxílio-moradia, kits de higienização das moradias afetadas etc). | Se possível, organizar a reocupação do lugar ou planejar comunitariamente outra área para ocupação, com apresentação de garantias técnicas de que as áreas recuperadas/novas não sofrerão com eventos similares. | Apoiar grupo de estudos para a investigação constante da dinâmica de inundações e de riscos. Promover a difusão dos resultados em linguagem acessível. |
| PRIMEIRAS HORAS | SEGUNDO DIA | 15 DIAS a 2 MESES | 6 MESES a 1 ANO | PREVENÇÃO |
| | | Participação comunitária na discussão e deliberação de obras de infraestrutura pública para evitar novas enchentes, na avaliação dos riscos das moradias afetadas, na avaliação dos danos havidos assim como na busca de parcerias público-privado para e construção de novas moradias para aquelas famílias que tiveram as | | Fortalecer grupos comunitários de apoio psicossocial assim como para o aprendizado e o aperfeiçoamento de atendimento em primeiros socorros. |

| | | | | |
|------------------------|--------------------|--|------------------------|--|
| | | suas residências destruídas. Discussão sobre novas estratégias e estudos de possíveis soluções para controlar as inundações ou para evitar que as moradias estejam ao alcance das mesmas. | | |
| PRIMEIRAS HORAS | SEGUNDO DIA | 15 DIAS a 2 MESES | 6 MESES a 1 ANO | PREVENÇÃO |
| | | Fornecimento de amparo legal e técnico bem como capital para as famílias mitigarem os danos. Orientação para os gestores locais acessarem os recursos necessários nas demais instâncias de governos e otimizarem o seu uso. | | Em ações de educação ambiental focalizar: A discussão / palestras sobre estratégias para lidar com riscos de enchentes. Circular recomendações sobre o tema em mídias sociais. |

McEntire (2001) lembra que as vulnerabilidades aumentam por diferentes razões. Dentre estas razões, destacamos os elementos sociais, vinculados a uma educação limitada no que tange aos conteúdos sobre desastres, e elementos culturais, que tratam de uma apatia pública em relação aos desastres. A presente oficina pretendeu despertar o interesse no assunto para alunos de graduação e pós-graduação em ciências ambientais e, assim, combater a apatia pública sobre esta temática, enredando melhor aspectos sociais e ambientais. Reduzir vulnerabilidades é também fazer com que estudantes pensem em situações-limite e em ações mais amplas para melhorar a qualidade de vida no país.

Como vimos no capítulo anterior, inundações envolvem cuidados, ao menos, em 8 dimensões: social, psíquica, ambiental, cultural, política, do habitar, da saúde e do trabalho. Lidar com todas estas dimensões é uma tarefa complexa. Fica mais fácil se o indivíduo não o fizer solitariamente. Tanto na observação corriqueira em nosso cotidiano quanto nesta oficina, se comprova o óbvio: quem chega primeiro para acudir é quem está ao lado ou bem próximo. Assim, familiares e vizinhos são os primeiros com quem podemos contar em prol de nosso cuidado assim como devemos estar atentos para com as necessidades urgentes dos mesmos. É essencial pensar, conhecer e contar com os recursos da família e da comunidade, pois é o que temos nas primeiras horas e, às vezes, nos primeiros dias, até chegar socorro externo. Também os desconhecidos, movidos por uma ética de solidariedade, podem auxiliar a quem precisa, conforme vimos no Capítulo 1, e isso é tão mais frequente mais esse traço característico do povo brasileiro é publicamente valorizado.

Sugestão de atividade

- Este é um convite para você exercitar uma possibilidade de ocorrência de inundação na sua localidade de moradia ou trabalho. Você pode realizar o exercício com sua família, com seus colegas, vizinhos ou amigos, entre outros. Você pode utilizar o recorte temporal usado em nossa oficina ou outro que você e seu grupo considerarem melhor. Não se esqueçam de ter em conta as 8 dimensões do cuidado integral. Dialoguem sobre os recursos disponíveis em sua comunidade e sobre as habilidades pessoais, e de grupos próximos, que podem ser centrais em situações como essa.

Referências

MCENTIRE, D. A. (2001). Triggering agents, vulnerabilities and disaster reduction: towards a holistic paradigm. *Disaster Prevention and Management*, v10, n 3, 189-196.

4.2 Jogos cooperativos presenciais: maquetes interativas

Mariana Siena
Norma Valencio



Conforme vimos os itens anteriores, a ideia de cuidado em contexto de inundações requer, antes da ação, reflexão sobre si e sobre o outro. Ou seja, é esperado que os diferentes sujeitos envolvidos tratem as experiências pretéritas de sofrimentos, de apoio mútuo, de voluntariado e de atuação técnica como um conteúdo rico, o qual propicie aos mesmos pensarem sobre novos mecanismos pelos quais, diante ameaças semelhantes no futuro, tenham possibilidade de responder de um modo mais efetivo. Isto é, seja evitando ou atenuando danos prováveis, aumentando a sua compreensão sobre as dimensões sociais sensíveis do problema, seja acentuando, na agenda pública, uma maior humanização de tratamento do tema de redução dos riscos de desastres.

Um dos recursos favoráveis a que essa reflexão seja feita cooperativamente, com sujeitos diferentes entre si –no que se refere ao tipo de experiência vivida, à sua vinculação organizacional ou institucional, ao perfil ocupacional, etário ou de gênero, como às diferentes deficiências de que sejam portadoras–, são as maquetes interativas.

Maquetes interativas são ferramentas cooperativas, de caráter lúdico, utilizadas, de um lado, para auxiliar que as ideias sobre um dado problema socioespacial abordado sejam compartilhadas de um modo mais dialógico. As atividades, que essa ferramenta permite, auxiliam a derrubar muitas barreiras de comunicação as quais, frequentemente, se interpõem quando técnicos se habitam a utilizar jargões e gestuais que inibem o público leigo ou que façam este público crer que não tenha meios para contrapor argumentos ou apresentar a sua perspectiva sobre o problema. De outro lado, a atividade pode ensejar que os participantes ganhem interesse por uma visão histórica, geográfica e social mais global do problema, permitindo que os mesmos re-situem os seus pontos de vista e enxerguem novos caminhos colaborativos para equacioná-lo.

No tema dos desastres, essa ferramenta cooperativa começou a ser desenvolvida pelo trabalho pioneiro de M. Siena, no ano de 2006, em seu estudo sociológico intitulado *“Abordando os desastres relacionados às chuvas na escola: subsídios à introdução do tema no Ensino Fundamental”* apoiado pelo programa de Bolsa Treinamento da UFSCar. A pesquisadora elaborou um projeto piloto com o intuito inicial de envolver, com o devido cuidado pedagógico, crianças do Ensino Fundamental na discussão sobre desastres; isto é, fazendo-o de um modo compatível com o patamar cognitivo, emocional e de educação formal das mesmas. Isso é, buscou tratar desse tema espinhoso sem o risco de suscitar dores emocionais nas crianças, se acaso estas já tivessem passado pela situação, ou lhes infligir quaisquer medos ou receios desmensurados, que violassem a sua condição cognitiva e emocional. Ao contrário, pensou em tratar o problema de modo lúdico e leve.

Passos requeridos na elaboração da atividade e no cuidado com os participantes

Primeiramente, Siena buscou os fundamentos teóricos para embasar essa atividade lúdica e interativa, debruçando-se sobre a obra de Piaget e, nela, buscando os fundamentos da abordagem construtivista (Quadro I).

Quadro I: Fundamentos a serem observados na interação lúdica com crianças de 6 a 12 anos

| | |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> No aspecto cognitivo, físico e emocional | <p>A criança é um ser social em formação e suas capacidades estão em pleno desenvolvimento. Os estímulos provindos por meio dos sentidos fazem com que muitas ideias fluam em sua imaginação. As mesmas se estabilizam conforme a sua experiência de vida, passando por uma fase de adaptação seguida de plena acomodação, quando os conceitos já lhe parecem mais adequados frente às demandas e expectativas do meio em que se situa. A criança não sabe lidar com várias situações de perigo, nem sabe reconhecê-las como tal e, ainda, não desenvolveu coordenação motora completa.</p> |
| <ul style="list-style-type: none"> No aspecto psíquico | <p>A criança nessa faixa etária é muito suscetível à desestruturação de seus ambientes de convivência, como o da família e o da casa, assim como o da escola e da turma que frequenta. A falta de pleno domínio do controle emocional não lhe permite traçar estratégias consistentes para sair da situação de perigo.</p> |
| <ul style="list-style-type: none"> No aspecto social | <p>O esforço de adaptação ágil requerido num contexto ambiental crítico pode estar além da capacidade da criança de confrontar os perigos iminentes. Um sentimento de grande fragilidade pode levá-la a comportamentos regressivos nessas situações se lhe faltar o suporte adequado daqueles com quem a criança mantenha vínculos de afeto ou de confiança.</p> |

Em segundo lugar, através do exame de conteúdo do noticiário local sobre sucessivos episódios de inundações, a referida pesquisadora foi listando os inúmeros elementos socioespaciais que estavam presentes nas situações mencionadas e, com o auxílio do grupo, produziu alguns elementos lúdicos correspondentes. Essa produção se deu no uso de materiais de baixo custo, reutilizados, doados e reciclados. Na composição de um sem-número de novos elementos físicos, ambientais e sociais que poderiam compor uma maquete, os demais pesquisadores da equipe da segunda autora voluntariamente colaboraram (Quadro II).

Quadro II: Ilustração dos elementos constituintes de uma maquete temática para inundações

| Características | Especificação | Ilustrações |
|--|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> Elementos ambientais | <p>Árvores, matas, animais selvagens terrestres, aves e peixes da fauna local, animais de criação, domésticos e peçonhentos, corais, rios, oceanos, nuvens de chuvas, raios, sol, vento.</p> |  |
| <ul style="list-style-type: none"> Elementos sociais | <p>Diferentes indivíduos, em suas características de gênero, etária, ocupacionais, étnico raciais e deficiências, assim como diferentes tipos de família.</p> |  |

| | | |
|---|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Elementos econômicos | <p>Diferentes tipos de estabelecimentos de comércio e serviços fixos, tipos de trabalho formal e informal, como carrinho de pipoca, de reciclagem, além do trabalho rural.</p> |  |
| <ul style="list-style-type: none"> • Elementos de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos | <p>Vias de tráfego, iluminação pública, telefonia, sinalização, unidades de saúde, escolas, unidade prisional, ginásios de esporte.</p> |  |
| <ul style="list-style-type: none"> • Elementos comunitários | <p>Campo de futebol, estabelecimentos religiosos, associação comunitária.</p> |  |

| | | |
|---|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> Elementos habitacionais | <p>Variados tipos de casa e apartamentos.</p> |  |
| <ul style="list-style-type: none"> Elementos de trânsito, frota particular | <p>Motocicletas, veículos de passeio, vans, caminhões, ambulâncias, veículos de bombeiros, ônibus, trens.</p> |  |

Imagens: Acervo do NEPED/UFSCar

Em terceiro lugar, cabia construir um roteiro básico da atividade, programando-a para um tempo médio de desenvolvimento de, aproximadamente, 1 hora e 30 minutos, a fim de se coadunar tanto com a disponibilidade dos professores que acompanhavam a atividade quanto do tempo médio de interesse que crianças dessa faixa etária teriam para participar (Quadro III).

Quadro III: Aspectos a serem destacados num roteiro básico para desenvolvimento de uma oficina com maquetes interativas no tema de inundações

| | |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Quanto aos objetivos | Propiciar uma base material, em pequena escala, para que um coletivo processe sua forma de perceber, compreender e atuar diante das decisões relativas ao processo de ocupação e à futura vivência do desastre. |
| <ul style="list-style-type: none"> • Quanto ao conteúdo | Trabalhar as principais áreas de conhecimento escolar: Língua Portuguesa (como se escreve a palavra “Inundação?”), Matemática (contabilizar os danos; por exemplo, o número de moradias danificadas), Ciências Naturais (aprender sobre o ciclo das chuvas, sobre a poluição hídrica), História (levantamento de diferenças e semelhanças entre as pessoas e os grupos sociais que convivem na coletividade, história do próprio município focalizado) e Geografia (relevo, bacia hidrográfica). Tais áreas, sempre em consonância com o Tema Transversal de Meio Ambiente. |
| <ul style="list-style-type: none"> • Quanto à interação entre os participantes | Gerar a necessidade de negociação do projeto de ocupação territorial e das medidas preventivas ou mitigadoras de desastres. Por meio de materiais miniaturizados que podem ser deslocados de um ponto ao outro da maquete (casas, veículos, árvores, bonecos, barcos) um espaço pré-concebido pode ser discutido, desfeito e refeito. Assim, a ideia de ordenamentos territorial é vista como algo dinâmico, coletivo e passível de uma observação tridimensional. |
| <ul style="list-style-type: none"> • Quanto ao tempo de duração da atividade | Trata-se de uma atividade que necessita de, pelo menos, uma hora e meia de duração. |

Na atividade proposta, os elementos previamente elaborados seriam inseridos no espaço da maquete a partir do arbítrio do participante, em associação à sua compreensão do processo histórico de produção do espaço e da diversidade social existente nesse processo. O problema das inundações seria abordado, por um lado, a partir de uma alusão preliminar às características geográficas e ambientais compatíveis com a ocorrência desse fenômeno. Por outro lado, incentivou-se os participantes a notarem os efeitos ambientais nocivos das transformações paulatinas operadas, por eles próprios, na configuração territorial. O roteiro proposto deu destaque ao processo no qual elementos naturais originários iam desaparecendo –desde matas a animais nativos– para dar lugar a uma paisagem antrópica não somente desfavorável a estes, mas que tecia simultaneamente desigualdades na qualidade das moradias e na distribuição de infraestrutura urbana, suscitando as situações sociais dramáticas diferenciadas durante as inundações (Quadro IV).

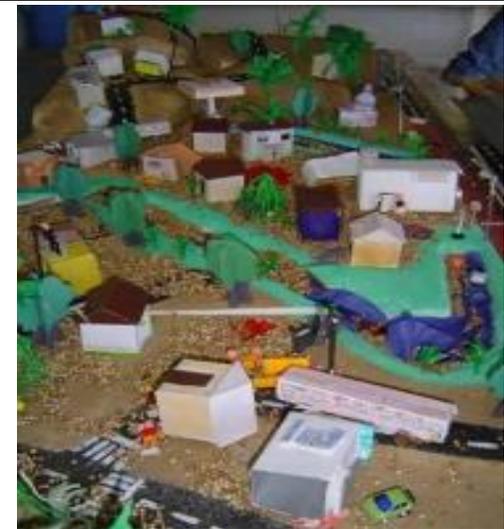
Quadro IV: Evolução da atividade com diferentes turmas

| ETAPAS | ILUSTRAÇÕES |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"><li data-bbox="248 336 824 360">• Observação das características ambientais pregressas. |  |
| <ul style="list-style-type: none"><li data-bbox="248 762 1429 818">• Modificação progressiva do território a partir das intervenções antrópicas e reflexão sobre a qualidade socioambiental desse processo. |  |

- Os participantes “fazem chover” e “jogam” raios no lugar.



- Avaliação coletiva dos danos e prejuízos (humanos, ambientais, materiais) havidos.



- Discussão sobre medidas preventivas que poderiam ter sido tomadas e medidas recuperativas ora necessárias.



Imagens: Acervo do NEPED/UFSCar

Por último, mas não menos importante, se discutiu a proposta junto à Secretaria Municipal de Educação (em São Carlos/SP) e se obteve a devida autorização para desenvolver a atividade em escolas públicas previamente selecionadas, na periferia urbana. Pode-se, assim, obter autorização para agendar, com a coordenação pedagógica dos respectivos estabelecimentos, a ocasião mais propícia para realizar a atividade, período no qual também foi submetido o roteiro da mesma, baseado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e que, para além de caracterizar a atividade em si, trazia sugestões de tópicos específicos em História, Geografia, Matemática e Português, os quais, posteriormente, poderiam ser aprofundados com base na atividade.

A execução da atividade contou com a colaboração voluntária de outros membros do grupo de pesquisa os quais, voluntariamente, auxiliaram a pesquisadora proponente. Isso se desenvolveu até o ponto em que o conteúdo teórico e o processo da atividade foi processualmente sendo assimilado pelos mesmos e a atividade pode, então, ser plenamente institucionalizada pelo NEPED/UFSCar nos anos subsequentes. Tornou-se,

desde então, uma das principais atividades de extensão acadêmicas deste Núcleo, o qual extrapolou o uso dessa ferramenta do ambiente escolar para outros ambientes e situações. Em diversas ocasiões, com o passar dos anos, o NEPED ofereceu oficinas abertas a diferentes técnicos e trabalhadores (agentes de defesa civil, assistentes sociais, psicólogos, geólogos, professores, meteorologistas, pescadores, agentes de turismo), instruindo-os teórica e metodologicamente e, em seguida, realizando a atividade conjuntamente. Os pesquisadores do NEPED envolvidos também participaram de eventos externos –seminários e congressos–, divulgando a referida ferramenta. Produziram e organizaram atividades em variadas situações, desde a que envolviam a discussão de conflitos socioambientais (em Unidade de Conservação, por exemplo) até na capacitação de docentes do Ensino Básico, em país africano (São Tomé e Príncipe) para a discussão sobre mudanças climáticas os seus efeitos locais. Além disso, houve a utilização em capacitação de agentes de defesa civil, educadores e assistentes sociais em Brasília, no Rio de Janeiro, em Eldorado/SP e junto a crianças do meio urbano, indígenas e psicólogos, em São José dos Campos/SP, dentre outras ocasiões (Quadro V).

Quadro V: Oficinas de maquetes interativas concebidas e coordenadas pelo NEPED/UFSCar

| Contexto | Ilustrações |
|--|--|
| <p>Oficina com crianças do meio urbano e crianças indígenas, estas últimas, da etnia <i>guarany</i>, da Aldeia Boa Vista, no Litoral Norte de São Paulo (atividade ocorrida em São José dos Campos/SP). Visou-se comparar como esses dois grupos de crianças criavam seus respectivos espaços num território compartilhado de um município e qual dos subespaços teria se tornado mais suscetível às inundações.</p> |  |

Oficina sobre implicações socioespaciais de eventos extremos relacionados as mudanças climáticas, estudantes da 5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries da E.E.I.E.F. Oca dos Curumins/São Carlos-SP



Oficina com agentes de defesa civil, psicólogos, assistentes sociais, geólogos, meteorologistas e sociólogos, ocorrida nas instalações da UFSCar, São Carlos/SP



Agentes de defesa civil da Subsecretaria de Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro (nas instalações da ESDEC).



Oficina realizada, na UFSCa,r com técnicos da Presidência da República, do MDS, da Caixa Econômica Federal, liderança comunitária de Ilhota/SC e pesquisadora da UFF .



Professores de educação básica (português, história, geográfica e física) e técnicos de meteorologia na oficina sobre os efeitos socioambientais potenciais das mudanças climáticas na ilha de São Tomé, África.



Estudantes da 1ª e 2ª séries da Escola Municipal de Educação Básica Prof.ª Janete Martinelli Lia, periferia urbana do município de São Carlos/SP.



Pescadores artesanais, lideranças de associações pesqueiras, professores da rede pública municipal e estadual, alunos do CFET, representantes do setor turístico, das Secretarias Municipais de Educação e Turismo e do Projeto Ressurgência (COPPE/UFRJ) participaram conjuntamente da atividade, que visou produzir subsídios ao Plano de Manejo da RESEX Arraial do Cabo/RJ.



Agentes de defesa civil, educadores locais, assistentes sociais, pesquisadores e estudantes universitários compartilharam a atividade, que focalizou o processo de inundações e a gestão de abrigos provisórios no Vale do Ribeira, município de Eldorado/SP.



Imagens: Acervo do NEPED/UFSCar

Muitos dos problemas arrolados nas oficinas promovidas pelo NEPED, como as supramencionadas, mereceram uma discussão com os participantes e sobre vários prismas. Por exemplo: numa das oficinas que as autoras realizaram –ocorrida em Brasília/DF, com técnicos da SEDEC/MI–, foram suscitadas questões relativas à priorização de providências em cenário de múltiplos danos, como acerca de alternativas de atendimento médico de urgência quando os estabelecimentos locais de saúde estivessem sob inundações e, também sobre como proceder ao deslocamento em massa de detentos caso a unidade prisional também tivesse suas instalações invadidas subitamente pelas águas.

Outro exemplo, foi o da representação lúdica da tomada das margens do rio Iguape pela atividade econômica da bananicultura, em oficina realizada Eldorado/SP, onde essa é a principal atividade econômica local e, de fato, assim se organiza territorialmente. A forma problemática como os produtores interagem com o principal manancial que cortava o município tinha, como contrapartida, perdas econômicas consideráveis dos mesmos quando a forte vazão destruía as suas plantações, o que ocorria frequentemente.

O princípio de uma oficina com maquetes interativas é o de que os participantes se sintam estimulados a interferirem na paisagem inicialmente dada, levando em consideração não apenas o conjunto de elementos de que o seu subgrupo, em particular, dispõe (sejam eles elementos ambientais, sociais, econômicos ou de infraestrutura), mas também suas conexões com os elementos que os demais subgrupos de participantes alocam no território. Assim, a produção social do espaço, embora seja se escolha livre para o coletivo, requer um sentido compartilhado que dinamiza a configuração dada e o sentido comum. E, em seguida, os participantes são levados a refletir sobre como as suas escolhas coletivas vão dar um delineamento particular aos múltiplos riscos surgidos ou, em contrapartida, às estratégias que se mostraram mais eficazes para elevar o nível de segurança humana.

Ao fazerem “chover” na configuração territorial acordada, junto com as descargas elétricas e a ventania –ou, em outros casos, haver crescente elevação do nível do mar, limitando o tamanho do território insular utilizável ou, ainda, haver problemas na gestão de um abrigo provisório miniaturizado onde os desabrigados, com diferentes tipos de família, não paravam de chegar–, os participantes são levados a considerar como as circunstâncias de cada sujeito ou comunidade –no local da habitação, no tipo de habitação, nas vias por onde trafegam os seus veículos, na proximidade com córregos ou fiação elétrica nos postes inseguros, no local ou no tipo de trabalho exercido– favoreceu ou reduziu a sua vulnerabilidade.

A possibilidade de a maquete criar um panorama miniaturizado mais geral da situação crítica permite que os participantes tenham uma visão mais integral do problema, observando a cena de um modo tridimensional (altura, largura e profundidade) e fisicamente palpável, que expressa sentidos sobre o real, mas não é o real. E, sendo uma atividade lúdica, transita entre o real concreto e as abstrações, exercitando a produção de sentidos compartilhados. Mas, permite um certo distanciamento emocional dos participantes, para focalizarem tão somente o processo e a situação de conexões entre objetos de um modo a conseguirem reconhecer suas eventuais escolhas equivocadas –no referente à inserção de

certos objetos físicos, vias de tráfego terrestre, pontes, hospitais, escolas— assim como a falta de proteção e de orientação devida aos elementos sociais que, na cena, saíram prejudicados (ferimentos, mortes por afogamento, por descargas elétricas, perdas da moradia, que suscitaram a desorganização das famílias afetadas, comprometimento da condição de trabalho, dificuldade de equacionamento pelo gestor público, entre outros).

Atualmente, os pesquisadores do NEPED vêm desenvolvendo novos roteiros e elementos de maquetes interativas para lidar com crises sociais simultâneas e de diferentes naturezas a fim de favorecer discussões coletivas, entre gestores públicos e lideranças populares, visando uma melhor integração de políticas setoriais.

Assistimos ao uso disseminado dessa ferramenta de discussão por diferentes grupos profissionais e instituições, voltando-a para a abordagem de desastres relacionados aos deslizamentos de terra, ao colapso de barragens e situações críticas afins. Embora isso seja apreciável, enfatizamos que, no que concerne aos materiais utilizados na maquete (sua base física e elementos móveis), é imprescindível manter a acessibilidade social do material utilizado bem como no referente às técnicas de elaboração dos itens que a compõem. O importante, nesse tipo de maquete, não é que a mesma fique impecável do ponto de vista técnico, seja em relação aos detalhes dos elementos focalizados, seja em relação ao respeito às escalas entre os elementos. Trata-se, apenas, de uma forma simbólica e lúdica de representar o espaço vivido e socioambientalmente problemático para ensejar uma discussão coletiva mais agradável ou menos tensa —porém, socialmente consistente— entre participantes culturalmente diferenciados. Quanto mais os organizadores da atividade pretenderem espelhar fidedignamente o território na maquete, utilizando materiais e técnicas inviáveis de aquisição ou elaboração pelos participantes leigos, e priorizarem a discussão de conteúdos meramente técnicos, mais essa ferramenta perde o seu propósito originalmente dialógico.

Sugestões de Leitura Complementar

MUSSEN, P. H. et al. (1995). *Desenvolvimento e Personalidade da Criança*. São Paulo: Ed. Harbra Ltda, 3ª ed.

PIAGET, J. (1990). *A formação do símbolo na criança – Imitação, Jogo e Sonho, Imagem e Representação*. Rio de Janeiro: Ed: LTC, 3ª ed.

VALENCIO, N. *et al* (2008). A produção social do lugar e suas implicações socioambientais: uma análise do imaginário de crianças *guarany* e crianças cidadinas a partir de uma atividade lúdica. In: VI - SBEA - Simpósio Brasileiro de Engenharia Ambiental. Serra Negra. Anais do VI - SBEA - Simpósio Brasileiro de Engenharia Ambiental. Serra Negra, pp. 01-09.

VALENCIO *et al* (2009). Plano de Manejo de Resex-Mar: o apoio de maquetes interativas na vocalização dos direitos dos grupos tradicionais. In: Seminário de Gestão Socioambiental para o Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca no Brasil. Arraial do Cabo/RJ. Anais... Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/266292920_PLANO_DE_MANEJO_DE_RESEX-MAR_o_apoio_de_maquetes_interativas_na_vocalizacao_dos_direitos_dos_grupos_tradicionais

VALENCIO, N.; SIENA, M. ; MARCHEZINI, V. (2009). Maquetes interativas: fundamentos teóricos, metodológicos e experiências de aplicação. In: *Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*, v. I. São Carlos: RiMa, pp. 199-215. Disponível em: http://www.crsp.org.br/portal/comunicacao/diversos/mini_cd_oficinas/pdfs/Livro-Sociologia-Dos-Desastres.pdf

VALENCIO, N. *et al* (2010). Implicações das mudanças climáticas no contexto insular africano: experiências educativas voltadas para o caso de São Tomé e Príncipe. In: *São Tomé e Príncipe, África: desafios socioambientais no alvorecer do sec. XXI*, v.II. São Carlos: RiMa Editora, pp. 123-156.

4.3 Jogos virtuais: características atuais e desafios para futuros games

Lucas Mathaeus Pereira



Para fins ilustrativos, mencionamos abaixo cinco jogos virtuais com a temática de inundações, embora, em alguns casos, essas sejam interpretadas como sendo enchentes.

Cada um dos jogos propõe um tipo de desafio. O primeiro deles propõe que o usuário assuma o papel de bombeiro, resgatando as vítimas. O segundo, requer que o jogador seja alguém que precisa retirar entulhos –em quantidades e velocidades variadas– a fim de que as vítimas não se afoguem. Os demais, cada um a seu modo, propõem a fuga do personagem das águas ameaçantes que vem em sua direção ou retire entulhos das ruas e reflita sobre o problema de drenagem urbana. Cada um desses games tem o público infanto-juvenil como alvo e a plataforma é web. Assim, os mesmos podem ser acessados por computadores, *smartphones* e *tablets*. Eles são feitos em Javascript e usam *react*.

O primeiro deles é o game “Salve o Brasil das enchentes”, cujo link é: <http://www.netjogosonline.com.br/acao-aventura/232/salve-o-brasil-das-enchentes.html>

Esse jogo conta com o usuário no papel de bombeiro, salvando sobreviventes de um desastre. A cena do fundo pode ser escolhida de acordo com o local do desastre. Os movimentos podem ser feitos com o mouse, clicando e arrastando os sobreviventes para dentro ou para fora do bote salva-vidas e com as setas para guiá-lo. A pontuação é dada pelo número de sobreviventes salvos (Fig.1).



Fig. 1: Ilustração de cena do game “Salve o Brasil das Enchentes”.

O segundo game é o “Paper flood 2”, cujo link é: <http://www.clickjogos.com.br/jogo/paper-flood-2>

A cada fase, este jogo oferece um elemento novo para o jogador posicionar, de modo a salvar os personagens em perigo. Todos os movimentos são feitos com o uso de um mouse e o movimento a ser feito é o de, basicamente, posicionar o material escolhido. A pontuação é obtida quando o usuário consegue salvar os personagens para poder avançar a próxima fase (Fig.2).

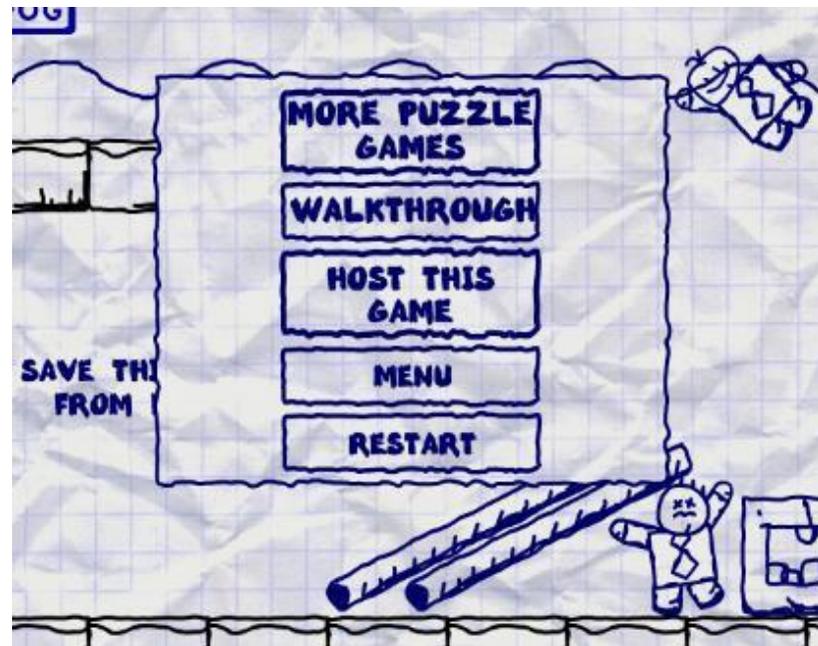


Fig. 2: Ilustração do game “Paper flood 2”.

Um terceiro game, que exemplifica aquilo que está disponível na internet sobre esse assunto, é o “Correndo da enchente 2”, no link: http://www.funnygames.com.br/jogo/correndo_da_enchente_2.html

Esse jogo coloca o personagem principal correndo da enchente para sobreviver. A pontuação se dá pelo número de esmeraldas coletadas pelo jogador ao longo do jogo. Os movimentos são nas quatro direções e os pulos que o personagem precisa dar são controlados pelas setas do teclado e na barra de espaço, respectivamente (Fig. 3).



Fig.3: Ilustração do game “Correndo da enchente 2”.

Uma quarta ilustração que trazemos é a do game denominado “Flood Escape”, disponível no link: <https://www.roblox.com/games/32990482/Flood-Escape>

Esse game trata da fuga das enchentes numa disputa entre jogadores online. Os movimentos são feitos através do uso do teclado e a pontuação é estabelecida pela distância percorrida pela personagem controlada pelo jogador. O game conta com um visual 3D (Fig. 4).



Fig. 4: Ilustração do game “Flood Escape”.

Por fim, a quinta ilustração que trazemos é a do “Jogo da Enchente”, no link: http://www.seduonline.com.br/jogos_educativos_2/jogo_contra_enchente/index.php

Nele, o desafio é lidar com certa quantidade e variedade de entulhos que entram aleatoriamente na cena ao mesmo tempo em que os mesmos, ao se acumularem, fazem o nível da água se elevar cada vez mais rápido. Aqui, fica bem evidenciado a relação dos efeitos ruins que uma deposição inapropriada de resíduos sólidos pode provocar na drenagem urbana e os danos correspondentes às moradias ao derredor (Fig. 5).



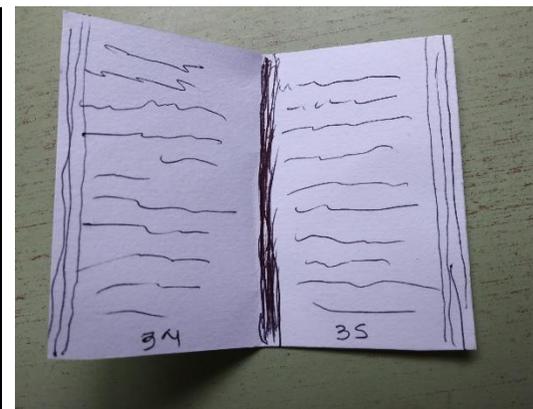
Fig. 5: Ilustração do “Jogo da Enchente”

Os games acima não são os únicos existentes para colocar o público infanto-juvenil num contato lúdico com o problema, mas dão uma ideia de como o tema tem sido pensado pelos desenvolvedores. Por este panorama, vê-se que as iniciativas são meritórias, mas ainda está em aberto o desafio de construção de games que possam produzir situações sociais e ambientais mais complexas e compatíveis com as situações concretas. Por exemplo, situações nas quais moradores afetados pelas inundações não fiquem apenas à espera de resgate, mas tenham uma série de tarefas urgentes a realizar em suas moradias como também em colaboração com a sua comunidade de inserção para reduzir os danos sofridos. Da mesma forma, jogos que tivessem uma gama maior de informações ambientais e sociais e em cascata –de modo que uma resposta levasse a uma pergunta diferente, mais complexa– poderiam propiciar maior reflexão sobre o assunto pelos usuários que buscam as respostas mais adequadas para a situação dada.

Questão para debate

- Quais situações, social e ambientalmente mais complexas, novos games poderiam propor?

Sugestões de leitura complementar



Caso haja interesse em aprofundar a compreensão de algum aspecto do conteúdo deste guia, recomendamos a leitura dos artigos científicos, manuais e documentos multilaterais abaixo:

ACSELRAD, H. (2006). Vulnerabilidade ambiental, processos e relações. In: *II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais*. Rio de Janeiro: FIBGE. Disponível em:

<http://www.fase.org.br/projetos/clientes/noar/noar/UserFiles/17/File/VulnerabilidadeAmbProcRelAcelrad.pdf>

ANOLLI, L. (2003). **A vergonha: surge quando nossa autoimagem faz-se em pedaços e o que mais queremos é desaparecer**. São Paulo: Paulinas, Ed. Loyola.

ANTONIO, L. S.; VALENCIO, N. (2016). Animais de estimação em contexto de desastres: desafios de (des)proteção. *Desenvolvimento e Meio Ambiente* (UFPR), 38:741-767. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/made/article/view/44559>

BAUMAN, Z. (2009). **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

DFID (2015). Ageing and disability in humanitarian response. Disponível em:

<http://inclusion-international.org/wp-content/uploads/2015/11/DFID-Humanitarian-Guidance-Note-Ageing-and-Disability-in-Humanitarian-Response-copy.pdf>

MARTINS, J. S. (2000). **A sociabilidade do homem** simples: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec.

MENEZES, L. S. (2005). **Pânico: efeito do desamparo a contemporaneidade**. São Paulo: Annablume.

SARTORI, J. ; VALENCIO, N. (2016). O desastre vivenciado: a importância da memória social de idosos através da análise do caso de São Luiz do Paraitinga. *Revista Pós-Ciências Sociais*, 13: 181-214. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/5146>

UNHCR. HelpAge INTERNATIONAL (2014). **Minimum Standards: Including Older People in Disaster Risk Management**. London. <http://www.helpage.org/resources/practical-guidelines/emergency-guidelines/>

UNHCR. HelpAge INTERNACIONAL (2000). **Older people in disaster and humanitarian crises: guidelines for best practices**. London. <http://www.helpage.org/silo/files/older-people-in-disasters-and-humanitarian-crises-guidelines-for-best-practice.pdf>

VALENCIO, N. *et al.* (2008) Desastres no imaginário infantil: expressão gráfica e percepção dos danos no uso de um esquema classificatório de defesa civil. *Políticas Educativas*, 2:118-133. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/Poled/article/view/18357>

VALENCIO, N. (2010). O desastre com *locus* da barbárie. In: **Sociologia dos Desastres: construção interfaces e perspectivas no Brasil**, v. II. São Carlos: RiMa Ed. Disponível em: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2011/04/SociologiaDesastres_VII_NEPED_CFP.pdf

VALENCIO, N. (2010). Desastres, ordem social e planejamento em defesa civil: o contexto brasileiro. *Saúde e Sociedade* (USP. Impresso), 19:748-762. Disponível em: <https://scielosp.org/pdf/sausoc/2010.v19n4/748-762/pt>

VALENCIO, N. (2014). Desastres: tecnicismo e sofrimento social. *Ciência e Saúde Coletiva* (Impresso), 19: 3631-3644. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232014000903631&script=sci_abstract&tlng=pt

VENTURATO-LANDMANN, R. D.; VALENCIO, N. (2014) Visão e ação comunitária cabocla ribeirinha num desastre relacionado às cheias extremas na Amazônia brasileira: a memória social de mulheres do Alto Juruá, Acre. *Cadernos de Trabalho da Rede WATERLAT-GOBACIT*, 1:173-201. Disponível em: <http://waterlat.org/WPapers/WPSATADNo1.pdf>

SOBRE OS AUTORES

Alana Pereira: Bacharelada em Ciências Ambientais na UFSCar. E-mail: alana2pereir@hotmail.com

Bruno Paganeli: Licenciatura Plena em Ciências Biológicas na UFSCar. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da UFSCar. Bolsista FAPESP proc. [2017/04937-8](https://doi.org/10.1016/j.bep.2017.04.937) E-mail: paganeli.bruno@gmail.com

Décio Bueno Neto: Bacharelado em Ciências Ambientais na UFSCar. E-mail: dbuenoneto@hotmail.com

Isadora Haddad Ruiz: Bacharelada em Ciências Ambientais na UFSCar. E-mail: isadora.rhaddad@gmail.com

Juliana Sartori: Socióloga, mestre em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental da Universidade de São Paulo (PPG-SEA/USP). E-mail: sartoriju@gmail.com

Juliano Costa Gonçalves: Sociólogo, mestre em Desenvolvimento Econômico (IE/UNICAMP), doutor em Ciências da Engenharia Ambiental (EESC/USP). Coordenador do NEPED/DCAm-UFSCar. E-mail: juliano@ufscar.br

Junio da Silva Luiz: Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da UFSCar. A E-mail: juniosluiz@gmail.com

Lucas Mathaeus Pereira: bacharelado em Ciência da Computação na UFSCar. E-mail: lucasmathaeuspereira@gmail.com

Luiz Henrique de Sá: Psicólogo, Psicoterapeuta e Terapeuta Comunitário. Especialista em Psicologia Clínica, pós-graduado em Abordagem Centrada na Pessoa e em Transdisciplinaridade. Possui mestrado em Psicologia e foi idealizador e fundador da Rede de Cuidados – RJ. E-mail: henrikisa@gmail.com

Mariana Siena: Socióloga, mestre e doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos. Docente no Instituto Atlântico de Ensino e na Faculdade Anhanguera de Piracicaba/SP. E-mail: mari.siena1@gmail.com

Milena Ricco dos Santos: Bacharelanda em Ciências Ambientais na UFSCar. E-mail: milenarst@hotmail.com

Norma Valencio: Economista, mestre em Educação e doutora em Ciências Humanas. Vice coordenadora do NEPED/DCAm-UFSCar, bolsista do CNPq e pesq. proc. FAPESP 2017/17224-0. E-mail: norma.valencio@ufscar.br

Samira Younes Ibrahim: Psicóloga, psicoterapeuta humanista transpessoal e facilitadora de grupos. Mestranda em Psicossociologia e Comunidades e Ecologia Social -EICOS/UFRJ, bolsista CNPq. Idealizadora e fundadora da Rede de Cuidados-RJ. E-mail: samirayounes@gmail.com